

O Guia do Cético para Governo Aberto

Edição de 2022



Open
Government
Partnership





- Richard "Bon" Moya. Photo Credit: Maria Teresa Magno-Garcia

“

Abrir a governança, ser responsabilizável, não é um favor à sociedade civil, aos parceiros de desenvolvimento ou ao partido. É um imperativo para criar uma nação mais forte e saudável.

- Richard "Bon" Moya, 2016

Este guia é dedicado à memória e legado de Richard “Bon” Moya, um ávido defensor do governo aberto. O Guia do Cético foi originalmente um pedido de Bon, “para ajudar aqueles de nós que são convertidos a pregar aos não convertidos” (2015).

Richard “Bon” Moya foi o ex-subsecretário e CEO do Departamento de Orçamento e Gestão da República das Filipinas. Ele foi membro do Comitê Diretor da OGP das Filipinas e parte da delegação filipina que lançou a Parceria de Governo Aberto.

Índice

Introdução	5
Organização	6
O que Há Dentro	6
Como Usar este Guia	6
O que é Governo Aberto?	7
Os Benefícios do Acesso à Justiça para Todos	10
Definições	10
A Evidência	11
Os Benefícios da Abertura Fiscal	19
Definições	19
A Evidência	20
Os Benefícios da Contratação Aberta	26
Definições	26
A Evidência	26
Os Benefícios das Auditorias Sociais na Prestação de Serviços	36
Definições	37
A Evidência	37
Os Benefícios dos Mecanismos de Reparação de Queixas	45
Definições	47
A Evidência	47
Além das políticas: O crescente caso a favor do governo aberto	52
O Crescente Caso a Favor da Supervisão Pública e Espaço Cívico	52
Foco em COVID-19 e Saúde Pública	53
O Dividendo Democrático: O Papel do Governo Aberto	53
O que a OGP Pode Fazer por Você?	55
Notas Finais	57
Créditos	72
Envolve-se Conosco	74

Foto da capa: Aisha Dahiru fala com seus vizinhos em Kaduna, Nigéria, sobre como eles podem monitorar projetos governamentais em sua comunidade através dos olhos e ouvidos aplicativo. Foto por OGP.

Os mapas desta publicação podem apresentar fronteiras que não refletem a política institucional da OGP.

Os participantes se conectam entre as sessões do OGP Global Summit 2019 no Canadá. Foto por OGP.



O GUIA DO CÉTICO PARA GOVERNO ABERTO 2022

Introdução

Introdução

As evidências continuam a mostrar que o governo aberto afeta a vida das pessoas. Mas ainda há céticos que não estão cientes de todos os benefícios associados a essa abordagem. Você está tendo dificuldades para convencer os outros a adotar uma abordagem de governo aberto ao implementar reformas? Você está procurando evidências concretas sobre o impacto de um governo mais transparente, responsável e participativo? Então este guia é para você.

Neste guia você encontrará evidências de como os governos abertos melhoram a eficiência dos negócios, reduzem a corrupção, oferecem serviços de melhor qualidade e muito mais. Ao contrário de outros relatórios, este guia é baseado em pesquisas atuais, majoritariamente revisadas por pares, em cada uma das áreas políticas incluídas. Especialistas de todo o mundo colaboraram com revisões rigorosas da ciência social atual dentro e fora dos países membros da Open Government Partnership (OGP).* Em cada seção, você encontrará um link para ler os documentos subjacentes. A Unidade de Apoio da OGP e seus parceiros continuarão atualizando este guia com capítulos sobre políticas de Governo Aberto adicionais. Visite [este site](#) frequentemente para novos insights sobre os benefícios do governo aberto.



Sobre a OGP

A [Parceria de Governo Aberto](#) (OGP) oferece uma oportunidade para reformadores do governo e da sociedade civil tornarem o governo mais transparente, participativo, inclusivo e responsável. Trabalhando juntos, o governo e a sociedade civil co-criam planos de ação com compromissos concretos em uma ampla gama de questões. A OGP inclui 77 países e 106 governos locais – representando mais de dois bilhões de pessoas – e milhares de organizações da sociedade civil.

* Essas revisões de evidências foram desenvolvidas em colaboração com organizações parceiras da OGP: Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies; Centro de Pesquisa em Responsabilidade da American University; Parceria de Contratação Aberta; Parceria Orçamentária Internacional; Iniciativa Global para Transparência Fiscal; e Escola de Governança Hertie.

Organização

Este guia traduz o que muitas vezes seria linguagem técnica de pesquisa acadêmica em pontos que você pode usar. O relatório está dividido em 6 seções. Cada seção apresenta o seguinte:

- **DEFINIÇÕES** dos termos-chave;
- **EVIDÊNCIA DE IMPACTOS** sobre o desenvolvimento de resultados de uma política específica de governo aberto, apresentadas em linguagem simples e não técnica;
- **ESTUDOS DE CASO** de situações em que os governos aprenderam sobre como as políticas funcionavam por meio de reformas ou experimentos e que tirem lições que podem ser úteis para outros contextos; e
- **LIMITES À EVIDÊNCIA** que os leitores devem considerar. Embora este relatório pretenda ser fácil de entender, também precisa ficar claro sobre o que coletivamente ainda não sabemos e o que não podemos afirmar sobre os resultados do governo aberto.

O que Há Dentro

Este guia inclui evidências fáceis de entender sobre os impactos de algumas das políticas de governo aberto mais populares e bem-sucedidas.

Este guia ensina como:

- O acesso à justiça beneficia a economia e restabelece o contrato social;
- A abertura fiscal pode diminuir a corrupção e aumentar as receitas;
- Mecanismos de reparação de queixas no setor público podem melhorar a governança e os serviços;
- As auditorias sociais podem melhorar a acessibilidade dos serviços públicos e a confiança nos prestadores de serviços; e
- A contratação aberta pode aumentar a economia de custos e a concorrência.

Você encontrará respostas para perguntas como:

- Como o orçamento participativo ajuda os governos a economizar?
- Como os mecanismos de reparação de queixas empoderam as mulheres?
- Como uma abordagem de justiça centrada nas pessoas ajuda as empresas?

... e muito mais.

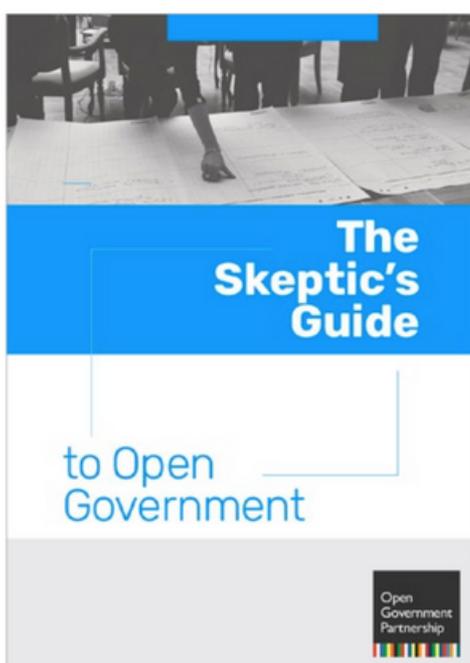
Como Usar este Guia

Com as evidências deste guia, você pode:

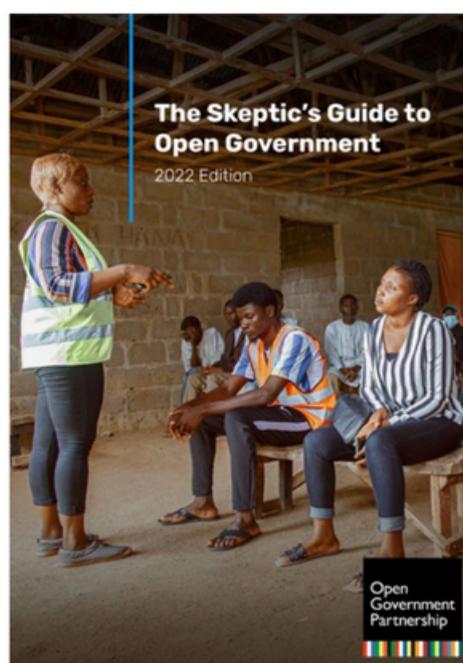
- Criar uma proposta de valor para reformas de governo aberto em sua agência ou organização;
- Inspirar reformas e compromissos;
- Incluir exemplos de resultados no discurso de um reformador;
- Usar as mídias sociais para compartilhar essas evidências e atingir um público mais amplo; e
- Fomentar sinergias entre governo e academia para avaliar as reformas e entender como fazer o governo aberto funcionar melhor para todos.

O que Há de Novo na Segunda Edição?

Este guia é uma continuação do primeiro *Guia do Cético para Governo Aberto*, publicado em 2018. A edição de 2018 analisou os impactos gerais do governo aberto. Juntamente com uma atualização dessas evidências, este segundo guia analisa mais profundamente os impactos de políticas específicas de governo aberto. Tomando essa abordagem, nenhum Guia do Cético poderia cobrir todas as políticas de governo aberto. Por isso, esta edição se concentra em um conjunto de políticas em que havia uma clara prioridade da liderança da OGP e um grande corpo de estudos revisados por pares sobre impactos. Algumas áreas, como governança de recursos naturais, podem merecer um capítulo, mas não foram incluídas para manter o projeto em tempo hábil e gerenciável. Organizações parceiras inspiradas no modelo podem entrar em contato com research@opengovpartnership.org onde têm ideias para capítulos futuros.



O [primeiro Guia do Cético para Governo Aberto](#), publicado em 2018



O [segundo Guia do Cético para Governo Aberto](#), publicado em 2022

O que é Governo Aberto?

As pessoas costumam perguntar como a OGP define “governo aberto”. Os [Estatutos da OGP](#), O documento de fundação da OGP, apresentam os valores-chave para a parceria. Os governos abertos se esforçam para adotar os seguintes valores para melhorar a governança e resolver os desafios públicos:

ACESSO À INFORMAÇÃO - O acesso à informação que o governo possui empodera os cidadãos a exercer seus direitos, responsabilizar o governo e participar da tomada de decisões. Exemplos neste guia que destacam como a transparência promove o progresso em áreas-chave de políticas incluem:

- *A gestão fiscal transparente e a contratação pública* desencorajam a corrupção e permitem seguir o dinheiro para garantir que os fundos públicos sejam gastos de forma eficiente e que beneficie os cidadãos; e
- Fornecer *acesso a informações de justiça* pode ajudar os cidadãos a entender melhor seus problemas jurídicos e os recursos disponíveis para resolvê-los.

PARTICIPAÇÃO CÍVICA - A participação cívica empodera os cidadãos a participar livremente da governança, seja por meio de consultas ou criando espaços de livre expressão e reunião. A participação cívica também ajuda a tornar os governos mais receptivos, inovadores e eficazes. Esta publicação destaca várias das muitas maneiras pelas quais a participação cívica pode promover o progresso nas principais áreas de reforma. Por exemplo:

- Muitas vezes é difícil para governos – nacional ou localmente – criar mecanismos para que pobres, mulheres, jovens e outros grupos marginalizados participem de sua governança comunitária. As *auditorias sociais* são canais produtivos para esse tipo de interação de forma colaborativa ao invés de um formato adversarial.
- Evidências mostram que o *orçamento participativo* em nível local leva a gastos governamentais mais eficazes em serviços públicos.

RESPONSABILIZAÇÃO PÚBLICA - A responsabilização pública refere-se à regras, regulamentos e mecanismos que permitem aos cidadãos exigir que os atores governamentais justifiquem suas ações, ajam de acordo com as críticas ou exigências feitas a eles, e aceitem a responsabilidade pelo não cumprimento com relação a leis ou compromissos. As evidências neste guia destacam maneiras pelas quais os cidadãos podem responsabilizar seus governos. Por exemplo:

- *As auditorias da execução do orçamento público* perto dos ciclos eleitorais fornecem aos cidadãos informações valiosas para decidir sobre a reeleição dos funcionários em exercício.
- *Mecanismos de reparação de reclamações* permitem que os cidadãos corrijam falhas do governo no cumprimento de um direito legalmente determinado de maneira mais perceptível para os cidadãos.

Os participantes se conectam entre as sessões do OGP Global Summit 2019 no Canadá. Foto por OGP.



CAPÍTULO 1

Acesso à Justiça

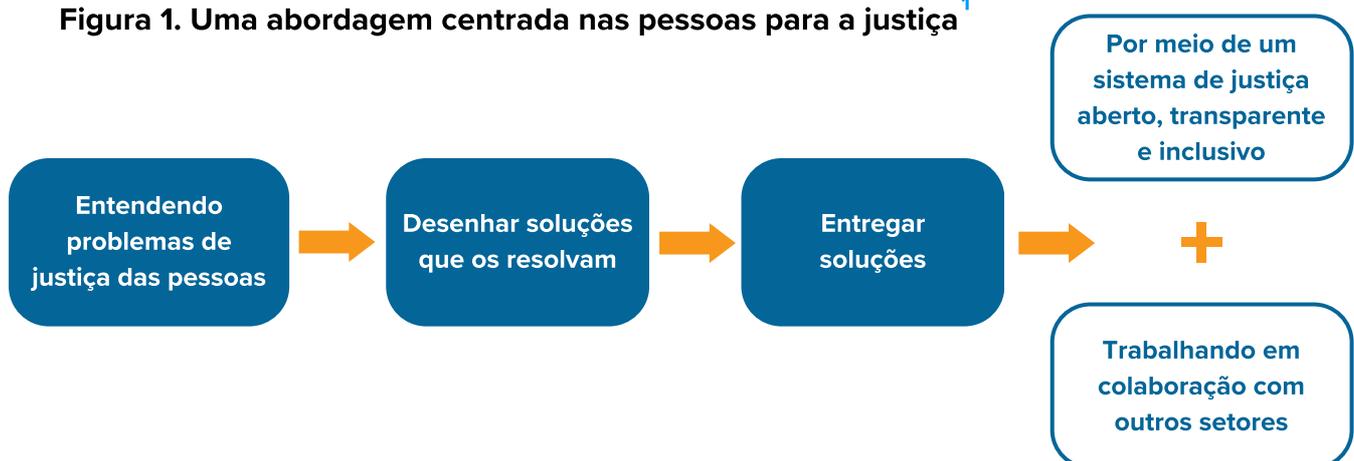


Os Benefícios de Fornecer Acesso à Justiça para Todos

Investir em instituições de justiça abertas e acessíveis beneficia a economia e as sociedades. O acesso à justiça permite que os cidadãos defendam melhor seus direitos, exijam acesso aos serviços públicos e protejam sua capacidade de participar de processos democráticos. A justiça é um elemento essencial para reduzir as barreiras para comunidades carentes. Instituições de nível nacional, como ministérios da justiça, bem como instituições de nível básico, sistemas judiciais e organizações de assistência jurídica e mecanismos informais, desempenham um papel na prestação de serviços de justiça e devem estar engajadas na concepção de soluções para os problemas de justiça das pessoas.*

Uma abordagem centrada nas pessoas torna as instituições de justiça mais abertas e acessíveis. A Figura 1 descreve os componentes dessa abordagem.

Figura 1. Uma abordagem centrada nas pessoas para a justiça¹



Definição

ACESSO À JUSTIÇA - a capacidade das pessoas de resolver e prevenir seus problemas de justiça e de usar a justiça como uma plataforma para participar de suas economias e sociedades.²

* Este capítulo é baseado em um documento de referência que Mark Weston desenvolveu para apoiar The Skeptic's Guide: Mark Weston, [The Benefits of Access to Justice for Economies, Societies and the Social Contract: A Literature Review](#) (Parceria de Governo Aberto e Desbravadores para Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas, fevereiro de 2022).

A Evidência

Aqui está o que as evidências mostram sobre como o acesso inadequado à justiça causa desigualdade e como melhorar o seu acesso pode evitar esses impactos.



IGUALDADE

- **As pessoas de baixa renda têm desproporcionalmente mais problemas jurídicos.** Grupos de baixa renda tendem a enfrentar questões legais significativamente mais sérias.³ Na **Austrália**, grupos desfavorecidos— incluindo pessoas que pertencem a grupos indígenas, pais solteiros, pessoas sem-teto, pessoas recebendo benefícios do governo, pessoas desempregadas e pessoas com deficiência — são duas a quatro vezes mais propensas do que as pessoas que não pertencem a esses grupos a enfrentar problemas relacionados a multas, e é mais provável que não tenham capacidade financeira e legal para resolvê-los.⁴ As pessoas nesses grupos desfavorecidos geralmente deixam esses problemas sem solução, o que leva a dívidas e desvantagens agravadas.⁵
- **As pessoas de baixa renda também são menos propensas a resolver seus problemas de justiça.** Uma pesquisa de 2020 nos **Estados Unidos** descobriu que, enquanto 52% das famílias ricas resolvem com sucesso seus problemas legais, apenas 44% das famílias com renda abaixo de US\$ 25.000 por ano o fazem.⁶ Esta pesquisa define resolução como a medida em que um problema é resolvido e o resultado é aplicado.⁷
- **As mulheres enfrentam barreiras únicas ao acesso à justiça.** A pesquisa populacional geral de 2018 do Projeto Justiça Mundial, com **45 países**, descobriu que 53% das mulheres pesquisadas experimentaram algum problema legal nos dois anos anteriores à pesquisa. No entanto, apenas 13% recorreram a uma autoridade ou a terceiros para ajudar a resolver o problema.⁸ Isso pode ser explicado pela discriminação de gênero, estigmas sociais, desconhecimento dos direitos e desvantagens econômicas que as mulheres enfrentam.
- **Mulheres e homens não são tratados igualmente no sistema judiciário em alguns países.** Uma avaliação de 189 países descobriu que 16 nações ainda dão menos peso probatório aos depoimentos das mulheres em tribunais I do que aos dos homens.⁹



JUSTIÇA

- **Um aumento de juízes nomeados por pares leva a decisões judiciais mais imparciais.** No **Paquistão**, uma reforma que alterou o procedimento de seleção de juízes de nomeação presidencial para nomeação por juízes pares foi associada a uma redução significativa nas decisões judiciais a favor do governo. Para cada aumento de 10% no número de juízes nomeados por pares, o número de vitórias para o estado diminuiu dois pontos percentuais.¹⁰

* Para este caso, os grupos desfavorecidos são aqueles descritos na menção anterior deste estudo na Austrália na subseção Igualdade.

- **A representação legal leva a resultados mais positivos:**
 - Na **Austrália**, um estudo descobriu que quando as pessoas que pertencem a grupos desfavorecidos* receberam assistência para resolver problemas relacionados a multas, os desfechos de seus casos tornaram-se semelhantes aos de pessoas que não pertencem a um grupo desfavorecido.¹¹
 - Em um estudo qualitativo realizado no **Reino Unido**, os requerentes de asilo que foram representados por um advogado em audiências de apelação tiveram uma probabilidade significativamente maior de obter sucesso em seus recursos.¹²
 - Dados de mais de 18.000 processos judiciais nos **Estados Unidos** mostram que indivíduos que foram representados em processos judiciais de imigração foram mais de 30 pontos percentuais mais propensos a ter sucesso em evitar a deportação do que aqueles sem representação.¹³



SAÚDE E BEM-ESTAR

- **Problemas de justiça podem levar a consequências além do próprio problema legal.** A Pesquisa de População Geral de 2018 do Justice Project em **101 países** descobriu que 29% dos entrevistados tiveram problemas de saúde como resultado de seus problemas de justiça.¹⁴
- **Problemas de justiça trazem dificuldades financeiras aos indivíduos:**
 - Nos **Estados Unidos**, os indivíduos que enfrentam problemas de justiça muitas vezes perdem dinheiro, têm efeitos negativos em seu bem-estar financeiro ou perdem o emprego. Os custos associados à resolução desses problemas de justiça variam de US\$ 1.750 a US\$ 6.000, dependendo do tipo de problema.¹⁵
 - Uma pesquisa de 2019 constatou que, em **Uganda**, quase metade dos indivíduos que experimentaram pelo menos.
 - Um problema legal relataram ter sofrido uma perda de renda como resultado, enquanto um em cada dez perdeu o emprego.¹⁶



TRABALHO DECENTE

- **A efetiva reintegração social melhora as perspectivas econômicas dos ex-reclusos.** Um estudo em **Michigan, Estados Unidos**, descobriu que quando ex-infratores tiveram seus registros criminais fechados ao público (“expurgados”), seus salários potenciais aumentaram mais de 22% em comparação com períodos anteriores ao expurgo.¹⁷

* Para este caso, os grupos desfavorecidos são aqueles descritos na menção anterior deste estudo na Austrália na subseção Igualdade.

ESTUDO DE CASO**Treinamento de habilidades na Austrália reduz a reincidência**

AÇÃO: O Projeto Fairbridge Bindjareb fornece treinamento aos aborígenes e habitantes das Ilhas do Estreito de Torres que foram presos, para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a indústria de mineração local antes de serem libertados da prisão, ajudando assim a encontrar emprego.

IMPACTO: Apenas 18% dos participantes reincidiram dentro de dois anos após a liberação (em comparação com a taxa de reincidência de 40% para a população prisional agregada) e quase três quartos ainda estavam empregados sete meses após o término do programa.¹⁸

**ESTUDO DE CASO****Reduzir os tribunais trabalhistas franceses atrapalha a criação de empregos**

AÇÃO: Em 2008, o governo decidiu reduzir o número de tribunais trabalhistas em um quarto, representando maiores distâncias para trabalhadores e empregados litigarem disputas trabalhistas.

IMPACTO: A taxa de criação de empregos foi quatro pontos percentuais menor e a taxa de criação de empresas foi seis pontos percentuais menor em cidades que agora estavam mais distantes da Justiça do Trabalho do que em cidades não afetadas.¹⁹





CRESCIMENTO ECONÔMICO

- **O acesso restrito à justiça é um dreno para a economia.** Uma análise de dados de **44 países constatou** que, em 39 países, o custo anual dos problemas legais é equivalente a pelo menos 0,5% do seu PIB. Em 29 desses 39 países, os custos chegam a pelo menos 1% do PIB, enquanto em nove—incluindo **Grécia e Portugal** de alta renda, bem como **Etiópia, Malawi e Nepal** de baixa renda—eles excedem 2% do PIB.²⁰
- **Mais juízes significa crescimento mais rápido.** Em um estudo sobre o número de juízes per capita em países entre 1970 e 2014, verificou-se que o aumento da densidade de juízes em 1% estava associado a um aumento de 0,17 ponto percentual no PIB per capita.²¹
- **Resolução de disputas mais rápida significa mais crescimento.** Na **Índia**, a melhora da eficiência dos tribunais na fiscalização de contratos foi associada a uma maior produtividade de setores manufatureiros. Um estudo de 2018 descobriu que “reduzir a duração média dos casos pendentes em um ano aumentaria, em média, a produtividade agregada de um estado em cerca de três por cento.”²²

ESTUDO DE CASO

Assistência jurídica para agricultores quenianos aumenta a produtividade

AÇÃO: Um experimento aleatório forneceu um advogado gratuito a um grupo de agricultores quenianos que trabalham em áreas com alta prevalência de disputas de terra e acesso limitado a instituições formais de justiça.

IMPACTO: Devido à maior previsibilidade do ambiente econômico, os agricultores com assistência jurídica aumentaram sua produção em 42% e seu investimento em 21% em comparação com aqueles que não receberam assistência.²³





RECEITA

- **Investir em justiça paga dividendos.** Cálculos feitos nas Nações Unidas e no Banco Mundial O relatório Pathways for Peace estimou conservadoramente que os países que aumentam a prestação de funções básicas de justiça e expandem o acesso à justiça podem obter um retorno de US\$ 16 para cada US\$1 investido, reduzindo a prevalência de conflitos violentos.²⁴
- **Sem resolução de disputas, os governos perdem receita.** Em 2015, em **Nova Orleans, Estados Unidos**, a cidade gastou US\$ 1,9 milhão a mais na detenção de pessoas que não podiam pagar multas ou taxas do que a receita recebida das multas e taxas que foram pagas.²⁵
- **Inovações diminuem a inadimplência nos pagamentos.** Em **Michigan, Estados Unidos**, a implementação de uma plataforma que permite o pagamento online de multas e taxas foi associada a uma redução de 19 pontos percentuais na probabilidade de inadimplência.²⁶ A introdução dessa tecnologia beneficiou indivíduos e jurisdições, pois reduziu o tempo necessário para os cidadãos resolverem seus problemas e disputas, aumentou a porcentagem de pagamentos recebidos pelos tribunais e reduziu o tempo para os tribunais recebê-los.²⁷
- **Assistência pro bono significa economia do governo.** Uma avaliação do “Pro Bono Ontário” em **Ontário, Canadá**, mostrou que sua assistência jurídica pro bono estava associada a economia de custos e benefícios econômicos para a província de US\$ 5,76 milhões de dólares canadenses, um retorno de US\$ 10 para cada dólar investido.²⁸
- **A representação legal economiza dinheiro.** Uma análise de custo-benefício da representação legal para inquilinos de baixa renda enfrentando despejo na **Filadélfia, Estados Unidos**, encontrou um benefício para a cidade de US\$12,74 para cada US\$ 1 investido associado à economia de despejos evitados.²⁹



CONFIAR EM

- **As percepções positivas da aplicação da lei estão ligadas à confiança em outros tipos de instituições.** Uma pesquisa com pessoas de **27 países europeus** descobriu que em ambientes onde os policiais têm um comportamento lido como “justo”, os níveis de confiança nas instituições políticas são maiores.³⁰
- **O contato positivo com os agentes da lei aumenta a confiança.** Em **Connecticut, Estados Unidos**, um estudo de campo mostrou que o contato positivo com um policial uniformizado pode melhorar as atitudes em relação à polícia. Para este experimento aleatório, domicílios foram designados para um grupo de tratamento (recebendo a intervenção) ou um grupo controle (não recebendo a intervenção). Os policiais visitaram as pessoas do grupo de tratamento em suas casas usando estratégias que estimulam o contato positivo e entregaram seus cartões de visita. As pesquisas de linha de base e de acompanhamento mostraram que as pessoas no grupo de tratamento tinham atitudes mais positivas e confiança na polícia.³¹



SEGURANÇA PÚBLICA

- **Um sistema de justiça fraco mina o contrato social.** Uma pesquisa com pessoas de **25 países europeus** mostrou que a qualidade dos sistemas de justiça afeta a probabilidade de as pessoas infringirem a lei. Três indicadores de qualidade judicial—a independência do judiciário de um país, a imparcialidade dos tribunais e a proteção dos direitos de propriedade – foram encontrados significativamente relacionados à propensão dos indivíduos em oferecer suborno a funcionários, reivindicar falsamente benefícios governamentais, fazer reivindicações falsas de seguro, ou comprar conscientemente bens roubados.³²



ESTUDO DE CASO

A comissão internacional contra a impunidade na Guatemala inspira lei e ordem

AÇÃO: Em 2006, a Comissão Internacional contra a impunidade na Guatemala (CICIG) foi criada com o objetivo de investigar indivíduos envolvidos em corrupção e crime organizado.³³ Embora não tenha poderes de acusação, em seus 12 anos de operação, ajudou a processar mais de 120 casos no sistema de justiça guatemalteco, incluindo as acusações de dois ex-presidentes. Além disso, a CICIG ajudou a Guatemala a impulsionar reformas importantes no sistema de justiça e melhorar a capacitação das autoridades investigativas locais.³⁴

IMPACTO:

- Houve um declínio acentuado nos homicídios do país entre 2008 e 2016. Em comparação com outros 11 países latino-americanos semelhantes, foi constatado que a CICIG ajudou a prevenir pelo menos 18.000 assassinatos e que a taxa de homicídios do país dobrou na ausência da CICIG.³⁵
- O índice de impunidade no país caiu de 98% dos casos em 2006 para 70% nove anos depois.
- Os guatemaltecos expressaram que confiavam mais no CICIG do que no Tribunal Constitucional ou no Ministério Público.³⁶

ESTUDO DE CASO**Serviços de justiça para mulheres no Peru diminuem crimes relacionados ao gênero**

AÇÃO: O Peru implantou os Centros de Justiça da Mulher (CJM), que são formados principalmente por mulheres e prestam serviços policiais, médicos e jurídicos às mulheres.

IMPACTO: Em comunidades com CJM, a denúncia de crimes baseados em gênero aumentou 40% e a violência baseada em gênero, feminicídios e mortes de mulheres devido a agressão diminuiu 10%. As crianças que vivem em agregados familiares perto de um centro tornaram-se significativamente mais propensas a frequentar a escola e menos propensas a abandonar a escola.³⁷

**Limites da Evidência**³⁸

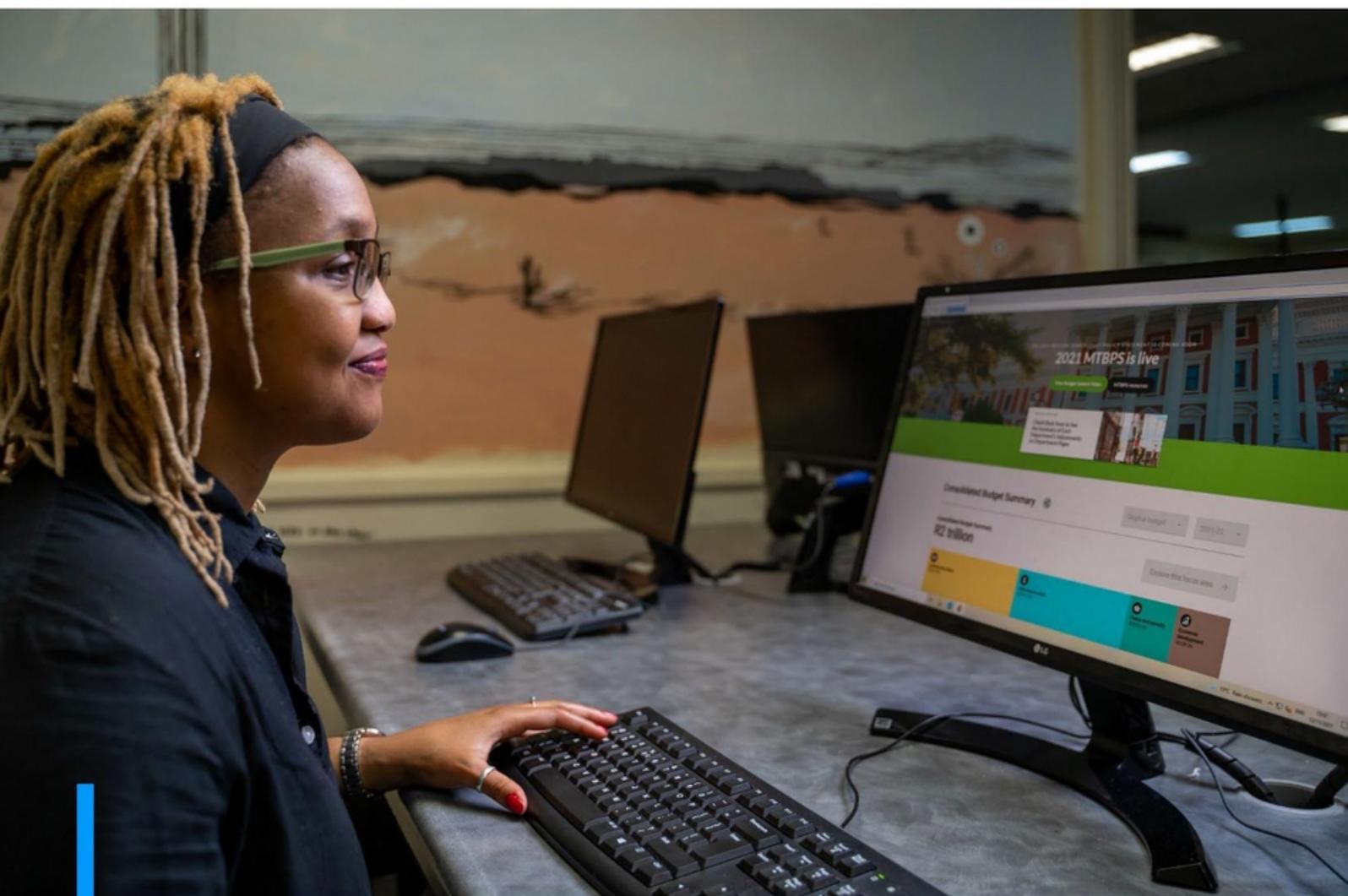
- **Existem implicações éticas para métodos de pesquisa.** Evidências mais robustas podem ser obtidas aumentando os testes de controle randomizados. No entanto, estes são escassos no campo da justiça, talvez pelo seu custo ou pelas implicações éticas de ter um grupo de controle que não se beneficia da intervenção.
- Os impactos dos **mecanismos informais de justiça** são pouco pesquisados.
- A eficácia do **empoderamento legal** e a prestação de **serviços de justiça centrados nas pessoas** é pouco pesquisado. Mais pesquisas nos ajudarão a entender se, quando e como esses mecanismos ajudam.
- Os pesquisadores poderiam fazer mais uso de **“experimentos,”** como mudanças de política devido a COVID-19.
- Faltam **métodos padronizados para medir** o impacto de aumentar o acesso a justiça.
- Evidências sobre o impacto do acesso à justiça na **setores específicos**, como o impacto sobre as crianças e sua educação, o impacto sobre os conflitos violentos, o impacto sobre os direitos trabalhistas e a qualidade do trabalho, e o impacto sobre as empresas são escassos.

Não há democracia livre sem justiça independente.

- Luis Rodolfo Abinader Corona, Presidente da República Dominicana República, [Cúpula para a Democracia](#), 2021



Zukiswa Kota, do Public Service Accountability Monitor da Rhodes University, Grahamstown, África do Sul, trabalha no site Vulekamali. Foto por OGP.



CAPÍTULO 2

Abertura Fiscal



Os Benefícios da Abertura Fiscal

Há evidências crescentes que mostram que transparência, participação e responsabilidade em questões fiscais levam a menos corrupção, mais receita e melhores serviços governamentais.*

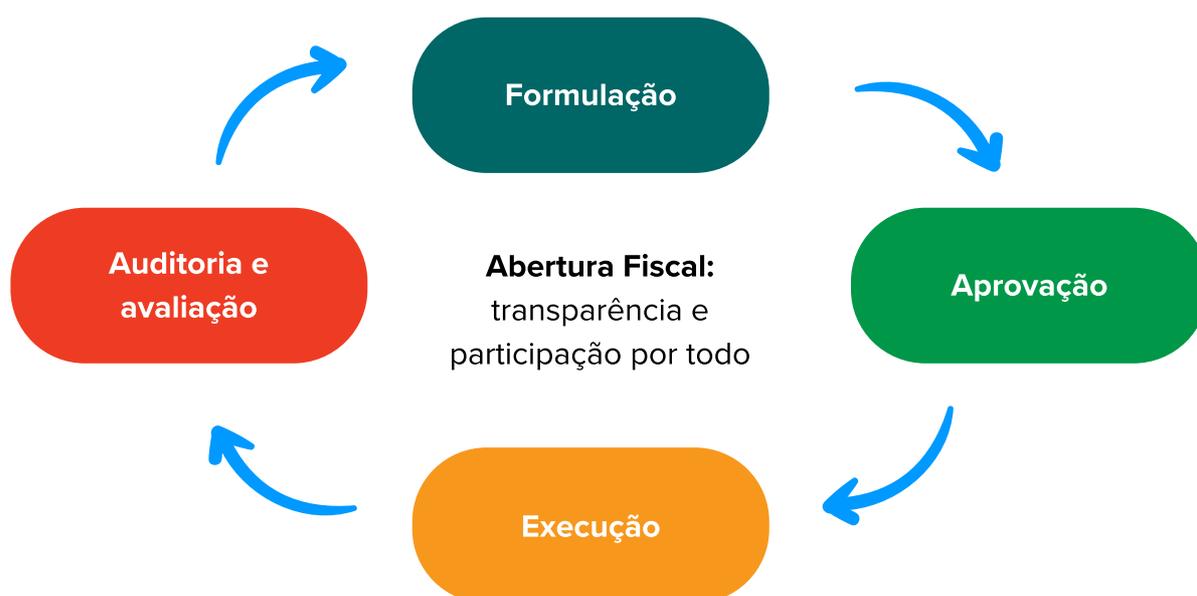
Definições

ABERTURA FISCAL OU ORÇAMENTO - ação governamental que garante transparência e engajamento dos cidadãos em qualquer fase do ciclo orçamentário. Isso inclui transparência e participação nos gastos e receitas, bem como déficits e dívidas.¹

CICLO ORÇAMENTAL - o ciclo orçamentário abrange a formação, aprovação, execução (incluindo compras) e etapas de auditoria e avaliação do orçamento.² (Veja a Figura 2 para uma descrição simplificada do ciclo orçamentário e onde os princípios de abertura fiscal se aplicam.)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) - processo deliberativo no qual os membros da comunidade decidem como gastar parte de um orçamento público.³

Figura 2. O ciclo orçamentário⁴



* Este capítulo é baseado em um documento de referência encomendado para apoiar o desenvolvimento do The Skeptic's Guide: Martin Haus, Joachim Wehner e Paolo de Renzio, ([When Do Open Budgets Transform Lives? Progresso e próximos passos na pesquisa de abertura fiscal](#), Parceria Orçamentária Internacional, Iniciativa Global para Transparência Fiscal e Parceria para Governo Aberto, maio de 2022).

A Evidência

A abertura fiscal pode beneficiar cidadãos, sociedades e governos individuais. Aqui está o que as evidências mostram sobre como a abertura fiscal impacta áreas como saúde, controle da corrupção e segurança pública. Este capítulo inclui estudos de caso baseados em evidências, bem como futuras áreas de pesquisa sobre abertura fiscal.



CONTROLE DA CORRUPÇÃO

- **O monitoramento comunitário pode reduzir o desvio de fundos públicos.** Um estudo⁵ sobre os projetos viários na **Indonésia** sugere que o monitoramento comunitário por si só pode ser tão eficaz na redução da corrupção quanto as auditorias de cima para baixo* e com um custo benefício quase três vezes maior.⁶ O estudo demonstrou que quando o governo realiza auditorias de cima para baixo paralelamente ao monitoramento comunitário, a comunidade fica desmotivada para participar.⁷
- **A expectativa de uma auditoria anual reduz a corrupção.** No **Brasil**, aumentar a probabilidade de uma auditoria anual em 20 pontos percentuais reduziu a proporção de processos de compras com evidências de corrupção em cerca de 15 pontos percentuais.⁸ As auditorias, mesmo as internas, são fundamentais para um governo mais aberto.



RECEITAS E DESPESAS

- **O orçamento participativo está associado a maiores receitas governamentais.** Um estudo no **Brasil**⁹ comparou governos municipais com instituições participativas (ou seja, conselhos de políticas e orçamento participativo) com aqueles sem eles e descobriu que aqueles com instituições participativas tinham maiores receitas tributárias. O estudo também constatou que a alíquota de arrecadação desses municípios aumentou com o passar do tempo.
- **O orçamento participativo aumenta a “moral fiscal” e conduz a um ciclo virtuoso.** Uma pesquisa em **50 países** descobriu que a moral tributária, que é a disposição dos cidadãos de pagar impostos voluntariamente, aumenta de 5,07 para 5,23 em uma escala de 1 a 8 quando eles são capazes de expressar suas preferências sobre gastos públicos.¹⁰ Isso sugere que o OP incita um ciclo virtuoso, em que os governos promovem a participação cidadã, os cidadãos se sentem envolvidos e pagam mais impostos, aumentando a receita do governo para implementar os projetos que os cidadãos demandam.¹¹ A Figura 3 ilustra esse ciclo virtuoso.

* As auditorias de cima para baixo são aquelas realizadas por instituições governamentais de alto nível.

ESTUDO DE CASO**Participação e arrecadação de impostos no Brasil aumenta receita tributária**

AÇÃO: Vários municípios no Brasil criaram “conselhos de políticas públicas” (onde os cidadãos têm voz na política local) e aprovou o orçamento participativo (dedicando uma parte do orçamento municipal a projetos escolhidos por assembleias de cidadãos).

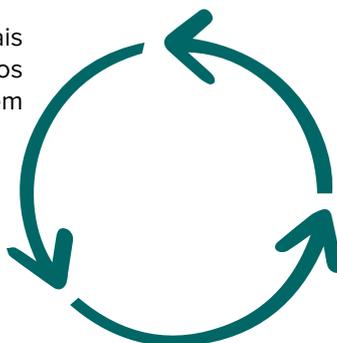
IMPACTO: Um estudo mostrou que, em média, os municípios arrecadam 2,5% a mais de receita tributária para cada apólice adicional ao conselho que criaram e mais 16% quando adotaram o orçamento participativo.¹² Essas relações se fortalecem com o tempo.

**Orçamento Participativo: Um Ciclo Virtuoso**

O orçamento participativo pode desencadear um ciclo virtuoso de boa governança, com os cidadãos pagando mais impostos, pois sentem que têm voz sobre como os governos gastam os recursos públicos e os governos locais coletam receitas adicionais para financiar os serviços públicos que os cidadãos desejam.¹³

Figura 3. O ciclo virtuoso do orçamento participativo

Os governos arrecadam mais receitas para financiar serviços públicos que os cidadãos exigem



Governos fazem orçamento processos mais participativos

Os cidadãos sentem que têm voz nos gastos públicos e aumento do “ânimo” fiscal

Há evidências crescentes que mostram que uma maior participação está associada a uma maior arrecadação de impostos. Mas há também um estudo de caso interessante que sugere que uma melhor arrecadação de impostos também melhora a participação cívica. Em 2016, o governo provincial de Kasai Central na República Democrática do Congo (RDC) implementou uma campanha de cobrança de impostos sobre a propriedade em larga escala na cidade de Kananga. Nos bairros onde a campanha foi implantada, a participação política aumentou cerca de 5 pontos percentuais e os cidadãos eram mais propensos a frequentar as reuniões da prefeitura, mesmo quando era caro para eles participar. Além disso, a receita tributária aumentou e o governo sentiu maior responsabilidade de fornecer bens públicos.¹⁴



ESTUDO DE CASO

Na Costa Rica, a divulgação de informações sobre Projetos de investimento público aumentam a eficiência

AÇÃO: Em 2018, o governo da Costa Rica, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançou o MapalInversiones, uma plataforma online onde os cidadãos podem consultar informações georreferenciadas, fazer consultas e acompanhar o andamento dos projetos de investimento público.¹⁵

IMPACTO: Um estudo experimental de 2018 descobriu que os projetos que foram carregados no MapalInversiones tiveram um desempenho melhor do que os projetos que não foram. O progresso financeiro dos projetos de investimento público carregados na plataforma aumentou 18 pontos percentuais e o progresso físico aumentou 8 pontos percentuais em comparação com projetos não publicados três meses após o lançamento da plataforma. O efeito foi mais forte no curto prazo e para projetos menores.¹⁶

ESTUDO DE CASO

Maior independência dos auditores na Itália melhora administração de orçamento

AÇÃO: Responsabilidade independente, quando combinada com transparência, pode ser ainda mais poderosa. Na Itália, os auditores deixaram de ser nomeados a critério dos prefeitos para serem nomeados aleatoriamente em seu lugar.

IMPACTO: A reforma melhorou significativamente o orçamento da gestão e registou-se um aumento do excedente líquido médio do orçamento anual global de cerca de 1%.¹⁷

Essa reforma faz parte de uma mudança maior em direção à abertura fiscal na Itália. O estudo que produziu essa evidência usou dados abertos detalhados sobre todos os orçamentos municipais, que incluíam gastos e fontes de receita, pagamento de dívidas e outras variáveis. O Ministério do Interior italiano publicou esses dados.





SEGURANÇA PÚBLICA

- **O orçamento participativo permite que as preocupações de segurança sejam expressas.** Um estudo da **Coreia do Sul**¹⁸ descobriu que as alocações orçamentárias para câmeras de vigilância eram maiores para bairros de baixa renda quando o orçamento era decidido por meio de mecanismos participativos e não burocráticos. Isso pode refletir uma demanda nessas comunidades por policiamento adicional.¹⁹



SAÚDE

- **O orçamento participativo está associado à menor mortalidade infantil.** No **Brasil**, municípios que adotaram o orçamento participativo mais cedo tiveram menores taxas de mortalidade infantil. Um estudo descobriu que o OP permitiu que os cidadãos alocassem gastos para necessidades específicas, como saúde.²⁰

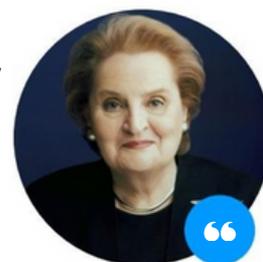
Limites da Evidência

- **Mais pesquisas são necessárias sobre a participação em outras etapas do ciclo orçamentário.** Além do orçamento participativo, são necessárias mais evidências sobre os efeitos da participação, por exemplo, durante os processos de aprovação legislativa e auditorias.
- **Há necessidade de métodos experimentais que melhor reflitam a realidade.** Embora os experimentos de campo tenham sido amplamente utilizados para avaliar o impacto de intervenções pontuais, os experimentos naturais permitem uma avaliação mais holística do impacto das intervenções de abertura em todo o sistema.
- **Compreender por que a abertura fiscal funciona.** Continua a crescer a evidência de que o orçamento participativo faz a diferença. Mas permanecem questões sobre por que funciona e quando.²¹ Pesquisas futuras são necessárias para esclarecer os mecanismos e as condições facilitadoras, para que as intervenções possam ser projetadas e implementadas de forma mais eficaz.
- **Os governos podem apoiar a pesquisa.** Os governos podem apoiar o aprendizado sobre abertura fiscal. Por exemplo, o lançamento escalonado e aleatório de reformas permite que os pesquisadores comparem as comunidades onde a política foi implementada com aqueles em que não foi e avalie o efeito da política em contextos semelhantes disponibilizar esses dados para o domínio público permite que os cientistas sociais avaliem políticas e programas de forma criativa. Isso também permite que os governos gerenciem os riscos e considerem as adaptações antes da implementação em grande escala. Essas lições serão valiosas para os próprios governos, bem como para acadêmicos e think tanks.²²

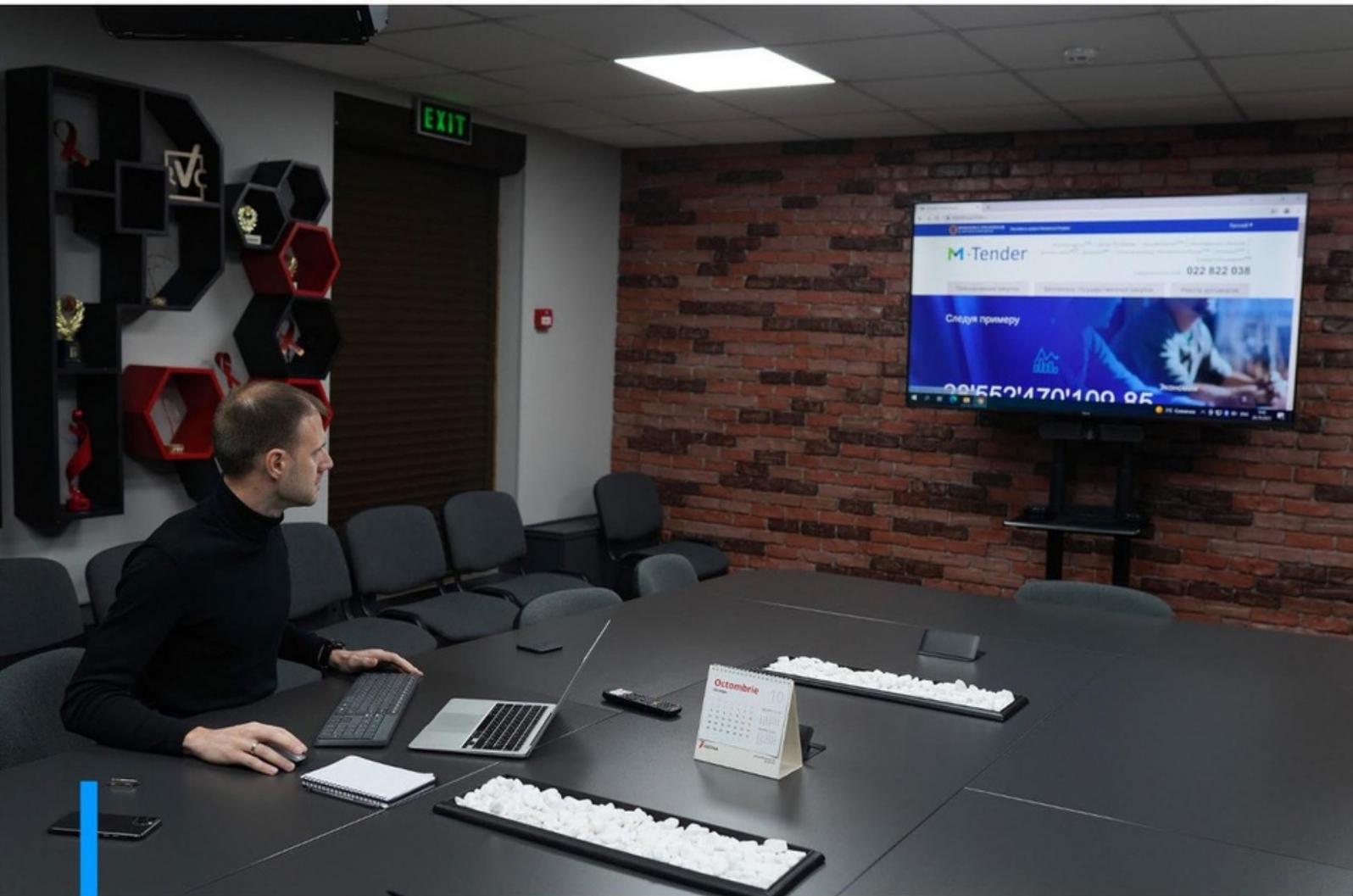
- **Mais pesquisas são necessárias sobre rastreamento de despesas à medida que são feitas.** Uma área de interesse conjunto para acadêmicos e profissionais são pesquisas de acompanhamento de despesas, onde um estudo pioneiro sobre prestação de serviços locais e resultados educacionais em Uganda²³ sugere resultados promissores.
- **Algumas intervenções para aumentar a abertura fiscal podem ter consequências não intencionais.** Funcionários públicos, cientes de auditorias prováveis, podem mudar temporariamente seu comportamento para evitar uma auditoria negativa, principalmente antes das eleições.²⁴ Os funcionários podem reduzir a corrupção no curto prazo e retornar a níveis mais altos de extração de renda depois.²⁵ Outro exemplo de distorção é quando funcionários públicos ocultam atividades, como leilões, para tornar a corrupção menos detectável.²⁶ Assim, é importante que os pesquisadores avaliem os impactos da abertura fiscal no longo prazo.

A democracia não é um esporte para espectadores, se você não participa, então não há democracia.

- Madeleine Albright, ex-secretária de Estado dos EUA, vídeo da Open Society Foundations para o [Cúpula para a Democracia](#), 2021



Constantin Cearanovski percorre o [MTender](#) website, um sistema de e-licitação que aumenta a eficiência nos gastos do governo. Foto por OGP.



CAPÍTULO 3

Contratação Aberta



Os Benefícios da Contratação Aberta

A contratação pública é uma das maiores categorias de gastos em qualquer país e a mais propensa a desperdícios e abusos. A contratação aberta leva a economias de custo significativas, eficiência interna, prestação de serviços de alta qualidade e maior concorrência.*

Definições

CONTRATAÇÃO ABERTA - uma abordagem para reformar as políticas e processos de contratação pública para aumentar a transparência, participação e inclusão (desde o planejamento até a implementação de contratos públicos) usando dados abertos, oportunos e acessíveis para tomada de decisão, monitoramento e supervisão.

E-AQUISIÇÕES- o uso da tecnologia da informação na compra de bens públicos, obras, e serviços de fornecedores.

COMPRAS SENSÍVEIS A GÊNERO - um compromisso do governo para incluir objetivos e ações sensíveis a questões de gênero, corrigir preconceitos de gênero e construir capacidade interna para implementar ações sensíveis ao gênero. Isso pode incluir ambas as medidas para apoiar a inclusão de empresas lideradas por mulheres para participar como fornecedores e medidas para garantir que bens, obras e serviços adquiridos atendam às necessidades de mulheres e meninas.¹

A Evidência

Aqui está o que as evidências mostram sobre o impacto da contratação aberta nos gastos públicos, eficiência, qualidade de obras e serviços públicos, combate à corrupção e inclusão social.

* Este capítulo é baseado em uma revisão de evidências conduzida por Andrew McDevitt para apoiar o The Skeptic's Guide. Andrew McDevitt, "[State of Evidence: Open Contracting](#)" (Parceria de Governo Aberto e Parceria de Contratação Aberta, 2022).



ECONOMIA DE CUSTOS E CALENDÁRIOS ACELERADOS

- **Plataformas abertas de e-compras resultam em reduções financeiras significativas e redução de prazos de compras.**
 - Um estudo de 2019 comparou dados sobre processos de licitações realizados por meio do ProZorro, a plataforma de e-licitações de código aberto da **Ucrânia**, com processos licitatórios realizados antes da introdução do ProZorro. Constatou-se que, com a introdução do ProZorro, houve um aumento da diferença entre os preços estimados e reais (3,5 a 5,8% abaixo das aquisições pré-ProZorro).² O ProZorro também reduziu o tempo de aquisição de bens e serviços em cerca de 5 a 6 dias.³ Em sua fase piloto em 2015, estima-se que o ProZorro tenha economizado mais de US\$ 55 milhões para mais de 3.900 agências governamentais e empresas estatais em toda a Ucrânia.⁴ Até o final de 2020, a economia total era estimada em US\$ 6 bilhões.⁵
 - Um estudo de 2020 da plataforma de e-compras da **Argentina** COMPR.AR descobriu que reduziu estimados 4%, totalizando mais de US\$ 35 milhões em economia. COMPR.AR também reduziu a duração do processo de contratação pública em mais de 11 dias e garantiu maior eficiência, transparência e disponibilidade de dados. Propositamente, facilitou o acesso público às informações para reduzir as lacunas de assimetria e permitiu um número maior de licitantes.⁶
 - Pesquisa da Open Contracting Partnership no **Paraguai** estimou maior economia em custos de aquisição de 1,4% ao ano após o lançamento do portal de contratação aberta do país e reformulação de seu portal de compras em 2015. Também constatou queda nos ajustes e alterações nos processos de contratação de 19% de todos os contratos em 2013 para 3% em 2016.⁷
 - Um relatório da OCDE de 2016 sobre o Sistema de Compras Eletrônicas On-Line da **Coreia do Sul** (KONEPS) estimou economia de US\$ 8 bilhões por ano com base em economias em custos administrativos, principalmente por meio de uma carga reduzida para as empresas. A KONEPS também reduziu o tempo necessário para processar contratos governamentais de mais de 30 horas para 2,72 horas.⁸
 - Na **Moldávia**, o sistema de e-compras médico, MTender, economizou 15,4% em transações no valor de cerca de US\$ 60 milhões. No programa de HIV/AIDS do país, os genéricos mais baratos substituíram amplamente medicamentos de marca caros, economizando 19% no orçamento de compras do programa de HIV/AIDS de 2020.⁹
 - Na **Colômbia**, no prazo de um ano de implementação do novo sistema de e-licitações do país Colômbia Compra Eficiente, o número de dias que levou para a adjudicação de contratos melhorou em média 16 dias.¹⁰

- **A publicação de estimativas de custo pode aumentar a economia.** Uma análise de 2008 da construção de rodovias no **estado americano de Oklahoma** descobriu que a publicação de custo interno pelo estado antes do envio de lances reduziu os lances médios e o lance vencedor, com efeitos em projetos mais complexos e incertos. A política também permitiu que novos fornecedores iniciantes fizessem lances mais realistas e aumentassem sua taxa de sobrevivência no setor.¹¹
- **Ter um processo transparente de qualificação de licitantes pode reduzir os custos de aquisição.** Um estudo realizado em 2009 do processo de qualificação de licitantes em leilões de obras públicas municipais no **Japão** descobriu que a maior transparência reduziu os custos de aquisição em até 8%.¹² Estudos sobre japonês os dados de compras revelam que a transparência de vários itens, como preços mínimos, gera maior concorrência e eficiência ao dificultar o conluio dos licitantes.¹³



AUMENTO DA CONCORRÊNCIA

- **A publicação de detalhes do contrato pode diminuir os lances únicos para contratos.** Um estudo de 2017 com mais de 4 milhões de contratos públicos em **30 países europeus** descobriu que a publicação de informações adicionais sobre contratos (itens como detalhes de critérios, valor do contrato e método de seleção)¹⁴ diminuiu a licitação única em todos os processos de aquisição. (Os contratos de licitante único são concedidos quando apenas uma empresa participa do processo de licitação, tornando o processo não competitivo.)¹⁵ O estudo estimou que aumentar a transparência em cinco itens em média poderia diminuir a licitação única em 2-3,5% e poderia economizar EUR 3,6-6,3 milhões em toda a UE. O estudo também concluiu que a transparência pré-adjudicação teve um efeito mais forte sobre os riscos de corrupção do que a transparência pós-adjudicação.¹⁶
- **Sistemas de compras transparentes atraem mais licitantes.** Um estudo de 2017 do Banco Mundial descobriu que empresas são mais propensas a participar de mercados de licitações públicas em países com sistemas de compras transparentes, onde as exceções à concorrência aberta em licitações devem ser explicitamente justificadas. O estudo também encontrou algumas evidências de que sistemas transparentes também incentivam um maior número de empresas contratadas por licitação, em particular empresas menores para quem os custos de transação para aprender sobre oportunidades de licitação são mais onerosos.¹⁷

- **As oportunidades de contrato de publicidade aumentam a concorrência e geram um alto retorno sobre o investimento.**
 - Um estudo de 2016 usando dados do Banco Mundial descobriu que um aumento nas oportunidades de lances de publicidade aumentou significativamente a concorrência (o número de licitações). Sugeriu que um aumento relativamente modesto em publicidade e transparência teve um impacto economicamente significativo nos resultados de compras.¹⁸
 - Um estudo realizado na **Itália** constatou que a publicidade online de oportunidades de licitação no portal de compras públicas teve um efeito positivo sobre o número de licitantes no mercado nacional, com prevalência de vencedores não locais e descontos de preços em comparação com anúncios em jornais locais.¹⁹
- **A concorrência aberta pode reduzir os preços.** Um estudo de 2021 descobriu que a concorrência aberta leva de 10 a 20% de redução de preço. Entre as intervenções políticas revisadas, o estudo descobriu que a introdução de e-compras e a ampliação da publicidade de oportunidades tiveram os efeitos mais significativos.²⁰



CUSTO-BENEFÍCIO

- **O monitoramento da sociedade civil pode reduzir os custos dos projetos de obras públicas.** Um experimento de campo de 2017 no **Peru** comparou 200 governos distritais implementando projetos de infraestrutura. Distritos que foram previamente notificados do monitoramento por uma organização da sociedade civil concluíram as obras públicas a custos significativamente mais baixos (51% mais baratos) do que aqueles que não foram notificados. Em média, a intervenção reduziu o custo das obras públicas em aproximadamente USD 75.000 por projeto.²¹
- **A contratação aberta desempenha um papel importante na proteção dos fundos de saúde.** Na **República da Eslováquia**, a publicação de informações de contratação revelou ineficiências consideráveis nas compras hospitalares, incluindo a compra de tomógrafos idênticos por preços que variavam mais de 100% no preço.²²

ESTUDO DE CASO**Monitoramento comunitário nas Filipinas melhora qualidade do livro didático e reduz preço pela metade**

AÇÃO: O Departamento de Educação das Filipinas fez parceria com ONGs locais para monitorar o processo de licitação do departamento, inspecionar a qualidade dos livros didáticos e acompanhar as entregas entre 2002 e 2005.

IMPACTO: Os preços dos livros didáticos caíram 50%, e observadores voluntários relataram 95% de entregas sem erros. A qualidade dos livros também melhorou, conforme demonstrado pelo aumento da vida útil média dos livros didáticos de dois para quatro ou cinco anos até 2007. O tempo para um ciclo completo de livros didáticos, da licitação à entrega, diminuiu 50%, para 12 meses.²³

**CONTROLE DA CORRUPÇÃO**

- **O cruzamento de dados de aquisição com dados de registro da empresa pode ajudar a detectar corrupção.** Um estudo aprofundado de 2013 da Transparency International na **Geórgia** analisou 430.000 compras governamentais de fonte única/não competitivas, cruzando-as com dados sobre registro de empresas, declarações de ativos e registros de doações de partidos. Encontrou pelo menos US\$ 150 milhões em compras de fonte única destinadas a empresas pertencentes a parlamentares e funcionários públicos ou seus cônjuges. Em 2012, 60% das doações divulgadas pelo partido no poder vieram de proprietários, diretores e advogados de empresas que haviam recebido contratos sem licitação, com a doação média estimada em 4% dos valores dos contratos envolvidos.²⁴
- **A associação de dados de beneficiários efetivos a dados de aquisições pode revelar conflitos de interesse mesmo além-fronteiras.** A Transparência Internacional da **República Tcheca** descobriu um conflito de interesses usando o registro público da República Eslovaca (consulte a caixa de texto abaixo para obter mais detalhes sobre o registro da República Eslovaca). Ele descobriu que o primeiro-ministro tcheco Andrej Babiš tinha uma participação de controle da Agrofert, um grande conglomerado agrícola tcheco. Como único beneficiário de dois fundos fiduciários que detinham 100% das ações da Agrofert, Babiš recebia milhões de euros em subsídios da UE todos os anos, o que foi considerado um claro conflito de interesses pela Comissão Europeia.²⁵

- **A transparência e o monitoramento cidadão podem desencorajar práticas injustas.** Um estudo de 2020 da **Ucrânia** descobriu que a transparência e o monitoramento cidadão do mercado de compras abertas foram eficazes para expulsar os licitantes coniventes do mercado, o que permitiu uma concorrência real. Os licitantes concluem estabelecendo condições (custos, número de licitantes, entre outros fatores) para favorecer um candidato específico, criando assim uma competição artificial. O estudo descobriu que a supervisão adicional do processo de compras ajudou a reduzir os preços no mercado em 20,6% e alcançou um ganho geral de bem-estar entre 2,68% e 3,11% do total de gastos com compras.²⁶

ESTUDO DE CASO

O registro público de parceiros setoriais da República Eslovaca melhora a integridade de seu processo de compras públicas



AÇÃO: Em novembro de 2015, a República Eslovaca introduziu o Registo público de Parceiros do Setor Público para empresas que participam em contratos públicos.

IMPACTO: As organizações da sociedade civil na República Eslovaca utilizaram o registro para revelar que 190 dos beneficiários efetivos listados eram funcionários públicos (que podem ter um conflito de interesses na adjudicação de contratos) e para verificar se as empresas forneciam informações sobre os seus beneficiários efetivos como parte de ganhar contratos públicos, conforme exigido por lei. Em março de 2016, apurou-se que a agência noticiosa pública TASR tinha assinado um contrato de atualização informática no valor de 110.000 euros com uma empresa que não tinha fornecido o seu beneficiário efetivo. O mesmo aconteceu com dois contratos concedidos por um governo local. Quando o novo registo foi lançado em 2017, um operador ferroviário estatal foi forçado a desistir de um contrato de 50 anos altamente criticado da principal estação ferroviária do país quando os cidadãos descobriram que o contratante não forneceu informações sobre o seu beneficiário efetivo.²⁷



INCLUSÃO SOCIAL

A contratação aberta é uma parte importante da abertura dos processos de aquisição a vários licitantes. A abertura do processo a uma maior concorrência pode levar a uma maior diversidade de empreiteiros. Além disso, a publicação de dados sobre a diversidade de empreiteiros, seu desempenho e a inclusão de negócios mais diversificados no desenho do processo de licitação pode ajudar a identificar áreas de alcance e melhorias na contratação.

- **Compras inclusivas podem trazer benefícios econômicos e sociais concretos.** De acordo com um Relatório de 2020, um processo de compras inclusivo pode apoiar empregos e dar aos governos acesso a uma escolha mais ampla de bens, serviços e habilidades, além de gerar maior concorrência e crescimento econômico.²⁸
- **Os programas de diversidade de fornecedores oferecem uma boa relação custo-benefício.** Um estudo descobriu que liderar as organizações de compras que têm uma taxa de adoção mais alta de programas de diversidade de fornecedores geram um retorno 133% maior no custo das operações de compras do que os de desempenho médio, gerando US\$ 3,6 milhões adicionais em seus resultados para cada US\$ 1 milhão em custos de operações de compras.²⁹
- **Dados abertos podem identificar lacunas de desigualdades na aquisição.** Um estudo dos dados de compras da **Albânia** descobriu que os contratos concedidos a mulheres empresárias tendem a ser mais econômicos. No entanto, embora tenham melhor desempenho e 27% dos negócios no país sejam de propriedade de mulheres, apenas 5% dos contratos municipais foram concedidos a esses negócios dirigidos por mulheres.³⁰

ESTUDO DE CASO

Empoderamento de negócios femininos em compras públicas na República Dominicana



AÇÃO: A partir de 2012, além de ampliar suas reformas de e-licitação aberta, a agência de compras públicas dominicana lançou uma série de iniciativas para aumentar a participação de empresas de propriedade de mulheres. Isso incluiu incentivo ao registro de mulheres como fornecedoras, nova meta de 5% de todos os contratos governamentais destinados exclusivamente a empresas de propriedade de mulheres, e eventos e oficinas para familiarizar as mulheres com as compras públicas.

IMPACTO: Essas ações aumentaram a participação de empresas de mulheres e conquista de contratos. Segundo dados da agência de compras públicas da República Dominicana, entre 2012 e 2017 o número de mulheres fornecedoras cadastradas no banco de dados cresceu de 2.000 para 15.000 e até 2019, um quinto dos contratos governamentais, totalizando RD\$ 20 bilhões (US\$ 350 milhões) foi para mulheres.³¹ O valor dos pequenos contratos para MPMEs aumentou em 600% de USD 6 milhões em 2013 para USD 42 milhões em 2019.³²

Limites da Evidência

- **O escopo geográfico da evidência está focado em duas regiões: Europa (em particular Europa Oriental) e América Latina.** Embora também haja alguma representação de outras partes do mundo, incluindo Indonésia, Filipinas e Quênia, o foco na Europa e na América Latina pode ser explicado pela ampla introdução de reformas de e-licitação nessas regiões no início dos anos 2000. Em 2020, mais de dois terços dos países da América Latina e do Caribe e 100% dos países da OCDE implementaram sistemas de e-licitação muitas vezes na forma de uma plataforma central. No entanto, nem todos eles disponibilizaram seus dados publicamente.³³
- **São necessárias mais pesquisas sobre os benefícios de vincular dados de contratos abertos e beneficiários efetivos.** Na prática, o uso sistemático de dados de beneficiários efetivos em aquisições continua muito limitado.³⁴ Como resultado, não há estudos empíricos ex post para determinar o efeito dissuasor dos registros ou umnexo causal entre registros e investigações bem-sucedidas. No entanto, evidências anedóticas revelam um pequeno número de casos em que propriedades beneficiadas ajudaram a detectar crimes financeiros.³⁵ Será especialmente importante vincular ainda mais esses dados com dados sobre processos políticos, incluindo divulgações de ativos de funcionários e finanças políticas.
- **Muitos estudos não fornecem evidências especificamente sobre a magnitude dos efeitos das intervenções de contratação aberta.** Isso ocorre porque não há dados suficientes para comparar resultados antes e depois das intervenções ou porque as intervenções avaliadas fazem parte de reformas maiores, incluindo e-licitações e mudanças na estrutura de licitações³⁶ e, portanto, é difícil isolar seus efeitos. Os governos podem ajudar a construir essa base de conhecimento cooperando em experimentos naturais com pesquisadores.
- **São necessários mais esforços para abordar as desigualdades estruturais.** As evidências sobre o impacto da contratação aberta na inclusão social são amplamente observacionais, com resultados sugerindo que o potencial da contratação aberta para contribuir para uma maior inclusão é limitado na ausência de esforços mais amplos para lidar com as desigualdades estruturais. A contratação aberta por si só pode não trazer negócios pertencentes a minorias ao processo. Ainda existem muitas barreiras, como falta de acesso e empoderamento, que dificultam sua participação.

A pandemia nos deu o melhor incentivo possível para promover os valores ligados ao governo aberto. A necessidade de novas entradas de informações que só podem vir de cidadãos, dados abertos e colaboração.



- Victoria Alsina-Burgués, Ministra de Ação Exterior e Governo Aberto, Governo da Catalunha, Espanha, [Cúpula Global da OGP 2021](#)



Um participante da Cúpula Global da OGP 2019 no Canadá faz uma pergunta em uma sessão plenária. Foto por OGP.

Sarah Pacayra é mãe e defensora da educação nas Filipinas. Sarah participou da [Auditoria Participativa Cidadã \(CPA\)](#) programa e ajudou a auditar mais de 150 escolas públicas de Manila para avaliar se elas atendiam às diretrizes de segurança e produtividade. Foto por OGP.



CAPÍTULO 4

Auditorias Sociais



Os Benefícios das Auditorias Sociais sobre a Entrega de Serviços

As evidências mostram que as auditorias sociais podem melhorar a implementação do programa, a acessibilidade do serviço público e a confiança dos prestadores de serviços.*

Definições

AUDITORIAS SOCIAIS - uma ferramenta onde os cidadãos podem engajar e responsabilizar prestadores de serviços governamentais. Para este guia, as auditorias sociais têm as seguintes características:¹

- Um processo de coleta de informações para identificar os padrões ou leis que determinam os direitos dos cidadãos e a qualidade dos serviços públicos;
- Uma convocação de terceiros (seja pelo governo ou pela sociedade civil) para avaliar como as metas políticas, padrões ou leis se comparam com a prática do setor público, com ênfase no acesso e qualidade dos serviços; e
- Um fórum público onde os resultados da avaliação são discutidos e acionáveis recomendações são identificadas, priorizadas e acordadas. Veja a figura 4 abaixo para uma visão geral das fases das auditorias sociais.

Neste guia, incluímos evidências de duas abordagens bem-sucedidas de auditoria social:

COMMUNITY SCORE CARD (CSC) cartão de créditos comunitários - tipo de auditoria social desenvolvida pela CARE (Cooperativa de Assistência e Socorro em Todos os Lugares) em 2002. Essa abordagem inclui: identificar o direito aos serviços; envolvimento de membros da comunidade e prestadores de serviços por meio de reuniões presenciais para discussão e elaboração de planos de ação conjuntos; e monitoramento e avaliação da implementação do plano.

VOZ E AÇÃO CIDADÃ (CVA) - um modelo de responsabilidade social baseado em evidências desenvolvido pela organização internacional de ajuda humanitária World Vision em 2008. Embora a implementação prática seja flexível, existem quatro elementos principais: compartilhar informações sobre serviços públicos; aumentar as oportunidades para os cidadãos expressarem feedback e influenciarem as decisões; criar oportunidades de diálogo e colaboração; e aumentar a responsabilização dos prestadores de serviços.

* Este capítulo é baseado em uma bibliografia anotada reunida por Suchi Pande para apoiar o Guia do Cético: Suchi Pande, "[Auditorias sociais na prestação de serviços: uma bibliografia anotada](#)" (Centro e Pesquisa de Responsabilidade e Parceria de Governo Aberto, março de 2022).

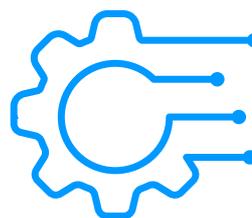
Figura 4. Fases de Auditorias Sociais



Habilitando
o envolvimento
do cidadão



Engajamento via
reunião da
comunidade



Melhorando
os serviços e
influenciando a política

Além de auditorias sociais lideradas pela sociedade civil local ou organizações não governamentais internacionais (ONGs), há auditorias sociais lideradas pelo governo em grande escala. Muitas vezes, há sinergias entre os diferentes atores que gerenciam auditorias sociais. Esta seção inclui exemplos de auditorias sociais gerenciadas pela sociedade civil local, ONGs internacionais e governos.

A Evidência

Aqui está o que as evidências mostram sobre como as auditorias sociais impactam a prestação de serviços públicos e como elas podem aumentar a conscientização pública sobre os serviços públicos e melhorar a confiança.*



SAÚDE

- **As auditorias sociais aumentam a conscientização sobre os serviços públicos disponíveis e podem melhorar a resultados da saúde.**
 - Em **Uganda**, o monitoramento comunitário dos prestadores de cuidados de saúde primários aumentou a qualidade e quantidade de cuidados de saúde primários, particularmente de imunizações infantis, tempos de espera, procedimentos de exames e absentismo do prestador. Além disso, a mortalidade infantil diminuiu e o peso médio infantil aumentou nas comunidades monitoradas.²
 - No **Nepal**, um estudo constatou que as auditorias sociais melhoraram a qualidade dos serviços prestados: havia preços mais claros para medicamentos e tratamentos, maior conscientização sobre a disponibilidade de medicamentos em nepalês, horários de funcionamento mais claros e melhor tratamento para a saúde materna.³

* A evidência empírica revisada para esta publicação é extraída em grande parte do sul da Ásia e dos países da África Oriental e Ocidental. Um desequilíbrio regional nas fontes incluídas sugere o potencial de informar futuras agendas de pesquisa-ação destinadas a fortalecer o impacto das auditorias sociais na prestação de serviços.

- Um estudo em **Odisha, na Índia**, descobriu que as auditorias sociais podem melhorar a prestação e a aceitação de serviços de alimentação e nutrição. Constatou-se que as auditorias sociais sensibilizaram as comunidades para seus direitos sob a lei nacional de segurança alimentar da Índia. O estudo encontrou mudanças positivas em três dos quatro programas relacionados ao direito à maternidade, distribuição de alimentos e serviços integrados de desenvolvimento infantil.⁴ Como resultado da exposição cumulativa ao processo de auditoria social, os participantes relataram uma redução nos pagamentos extras para obter rações nas aldeias de baixo de esquema de distribuição de alimentos.⁵
- **A validação cidadã ajuda a entender as lacunas e resolver os problemas.**
 - Um estudo qualitativo de clínicas de saúde comunitária em **Bangladesh** mostrou que os CSCs mudaram a participação da comunidade nos cuidados de saúde, aumentou a conscientização da comunidade e gerou mais receita para as clínicas. Os entrevistados do estudo sentiram que os CSCs aumentaram a conscientização sobre os serviços clínicos entre as comunidades, melhoraram a comunicação entre a comunidade e os profissionais de saúde e que o esforço coletivo ajudou a identificar e priorizar problemas.⁶
 - No **Nepal**, um estudo mostrou que auditorias sociais identificaram problemas na utilização e disponibilidade de serviços. A utilização de serviços institucionais e imunizações aumentou. Demanda por serviços aumentaram à medida que a auditoria social aumentou a conscientização sobre a disponibilidade e os direitos dos serviços de saúde. Uma questão frequentemente levantada nos primeiros anos foi a falta de pessoal ou atendimento nas unidades de saúde; isso melhorou ao longo de diferentes ciclos de auditorias. Da mesma forma, a escassez de produtos farmacêuticos foi evitada no terceiro ano por meio de painéis informativos exibindo listas de medicamentos essenciais. As reuniões públicas da auditoria melhoraram a infraestrutura, abordando um problema de construção e equipamentos que era frequentemente mencionado nas reuniões.⁷

ESTUDO DE CASO

Criação de monitoramento da resiliência epidêmica da comunidade em Serra Leoa

AÇÃO: Em 2012, um projeto promoveu o monitoramento comunitário de clínicas de saúde administradas pelo governo e forneceu incentivos não financeiros ao pessoal da clínica.

IMPACTO: A satisfação do paciente e a utilização da clínica aumentaram. Além disso, o monitoramento comunitário gerou uma redução de 38% nas mortes de crianças menores de cinco anos. Durante a crise do Ebola de 2014, as clínicas monitoradas pela comunidade levaram a um aumento da notificação de casos de Ebola em 62% e reduziram significativamente as mortes relacionadas ao Ebola. As evidências sugerem que o monitoramento da comunidade melhorou a qualidade percebida dos cuidados de saúde, incentivando os pacientes a relatar os sintomas do Ebola e receber cuidados médicos.⁸





EDUCAÇÃO

- **As auditorias sociais melhoram o setor educacional.**
 - Uma análise dos CVAs da World Vision em doze países (**Uganda, Quênia, Serra Leoa, Gana, Senegal, República Democrática do Congo, Indonésia, Kosovo, Armênia, Paquistão, Romênia e Líbano**) mostrou melhorias positivas nos setores de saúde e educação. O estudo descobriu um aumento nas notas dos alunos nos testes, um aumento de 8 a 10% na frequência dos alunos, uma redução de 13% no absenteísmo dos professores e um aumento de 16% nas comunidades que provavelmente se envolverão em ação coletiva.⁹
 - Um estudo da primeira auditoria social da educação realizada na **Índia** descobriu que as auditorias sociais melhoraram a matrícula de alunos e a pontualidade dos professores, o número de novas escolas e diminuiu os castigos corporais e o não pagamento de taxas extras.¹⁰
 - Acompanhamento comunitário da licitação e entrega do Departamento de Educação das **Filipinas** para livros didáticos ajudaram a melhorar a qualidade dos livros didáticos e reduzir seu custo.*



RESPONSABILIDADE ORÇAMENTAL

- **Auditorias sociais conduzidas pela comunidade podem revelar problemas com fornecimento e prestação de serviços.**
 - Constatações de uma auditoria social de serviços de saneamento e zeladoria em assentamentos informais na **África do Sul** revelou lacunas no fornecimento e manutenção de banheiros - falta de banheiros, violações contratuais por fornecedores privados responsáveis pela limpeza de banheiros, banheiros danificados, riscos para moradores que usam banheiros instáveis e falta de transparência sobre o descarte de resíduos.¹¹
 - Um estudo com foco na participação cívica na **Cidade do Cabo, África do Sul**, descobriu que com a auditoria social os dados muitas vezes demonstraram lacunas significativas entre a alocação orçada para serviços e os serviços que realmente existiam. O compromisso do governo com dados abertos alimentou a governança participativa, o engajamento público e as agendas ativistas.¹²

* Este caso também é apresentado na seção Open Contracting. Consulte essa seção para saber mais.



COLABORAÇÃO E CONFIANÇA

- **As auditorias sociais promovem ambientes de trabalho colaborativos e aumentam a confiança por meio do envolvimento direto dos participantes.**
 - As auditorias sociais no **Nepal** criam confiança entre os prestadores de cuidados de saúde primários e as comunidades que eles servem dando às pessoas um espaço para expressar suas preocupações. Isso funciona especialmente bem quando combinado com outros mecanismos de resolução de disputas.¹³
 - Em **Andhra Pradesh, Índia**, um estudo das auditorias sociais iniciadas pelo Estado descobriu que os aldeões eram mais ativos na reivindicação de programas governamentais durante as auditorias sociais. Durante as auditorias sociais, a maioria dos trabalhadores levantou reclamações e se engajou individualmente com os auditores, bem como coletivamente no fórum público, sem medo. Oitenta e cinco por cento dos trabalhadores disseram que aumentaram a confiança para buscar informações de funcionários. O estudo também descobriu que as auditorias sociais aumentaram a visibilidade do Estado, detectaram e contiveram com sucesso o roubo de salários e aumentaram a responsabilização do Estado.¹⁴
 - Ao analisar os efeitos da responsabilização das auditorias sociais iniciadas pelo Estado em **Andhra Pradesh, Índia**, um estudo constatou que as auditorias sociais foram além da corrupção e detectaram má administração cotidiana, como discriminação de casta e gênero. As auditorias eram um fórum para feedback positivo, e os funcionários sugeriram que a natureza pública das auditorias as tornava um mecanismo de monitoramento eficaz porque incentivavam as pessoas a falar.¹⁵
 - Uma revisão do programa Community Score Card (CSC) da CARE, que abrange cinco países (**Malawi, Tanzânia, Etiópia, Ruanda e Egito**), constatou que a maioria dos projetos com CSCs aumentou a confiança e a abertura entre provedores e membros da comunidade. Além disso, os CSCs relataram mudanças no acesso e utilização de serviços: aumento de entregas institucionais, acesso mais fácil a aconselhamento e testes voluntários e servidores respeitosos e receptivos.¹⁶

ESTUDO DE CASO**Auditorias de voz e ação cidadã melhoram serviços públicos em Bangladesh**

AÇÃO: O Programa Nobo Jatra implementou a programação CVA na saúde, água e saneamento, e agricultura, com o objetivo.

IMPACTO: Com o uso do CVA, os cidadãos ganharam confiança para dar voz à demanda por serviços. As autoridades apreciaram o feedback dos cidadãos sobre as lacunas nos serviços e responderam a 51% das demandas de clínicas de saúde e água e saneamento, e 40% das demandas para agricultura sob ação acordada planos. Após o CVA e até 2020, os padrões de monitoramento de conformidade aumentaram em clínicas comunitárias (88% das clínicas visadas), e comitês de água e saneamento e unidades agrícolas sindicais (55% das unidades visadas). Finalmente, o processo de CVA começou a “gotejar” para os atores de nível médio e nacional, promovendo a coordenação interinstitucional e a responsabilização institucional formal.¹⁷

ESTUDO DE CASO**Auditorias sociais lideradas pelo estado na Índia reduzem a corrupção**

AÇÃO: Em Sikkim, Índia, as auditorias sociais foram implementadas para rever o programa de trabalho rural da Lei Nacional de Garantia do Emprego Rural (NREGA). Depois de ver resultados positivos, o formato das auditorias foi ajustado e dimensionado para outras regiões.



IMPACTO: Auditorias sociais regulares diminuíram as irregularidades relatadas dentro do programa NREGA. Auditorias sociais:

- Aumentam a participação dos trabalhadores assalariados que procurou emprego no NREGA;
- Aumento do retorno de recursos desviados;
- Criou um “ambiente não adversarial” e estabeleceu um limite mínimo de participação (30% dos titulares de carteira de trabalho) para convocação do fórum público;
- Diminuiu os níveis absolutos de corrupção (por exemplo, os fundos desviados em comparação com o custo sancionado para o trabalho), sugerindo que a eficácia das auditorias sociais continua forte após várias rodadas;
- Encerrou o ciclo de feedback com uma conferência de saída de funcionários de alto nível com autoridade para agir sobre as conclusões; e
- Ajustou a estrutura da auditoria social equipes para economizar custos e garantir a eficácia do processo.¹⁸

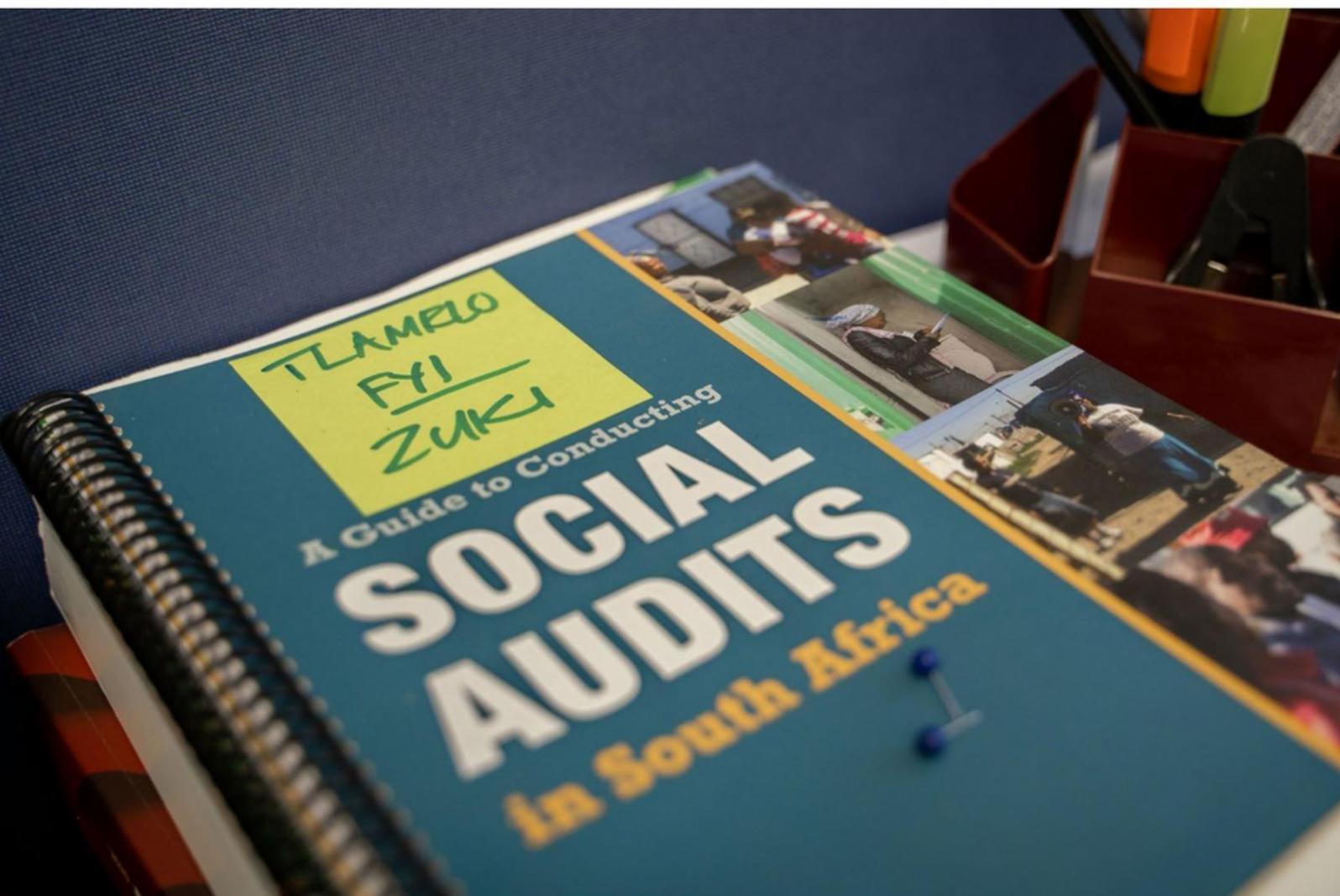
Limites da Evidência

- **A escala das auditorias sociais é limitada a problemas específicos e localizados.** Muitas auditorias sociais não apresentam evidências de qualquer maneira sobre como eles afetam governos provinciais, subnacionais ou nacionais. Compreender se, como e quando esses tipos de intervenções operam em escala é essencial.
- **O conhecimento institucional é essencial para auditorias sociais bem-sucedidas.** Muitas auditorias sociais dependem em convocadores terceirizados e grupos locais que conhecer os tomadores de decisão e pode facilitar objetivamente acesso entre as partes. Sem estes facilitadores, é menos provável que o processo tenha um Influência positiva. Entendendo isso, é importante pensar sobre como e quando o governo formal intervenções lideradas podem fazer a diferença.
- **Evidências quantitativas de diversas áreas geográficas e econômicas podem fortalecer o caso para auditorias sociais.** A maioria das pesquisas disponíveis sobre auditorias sociais é qualitativa, concentra-se no sul da Ásia e não costuma ser revisada por pares. Este pede um aumento quantitativo e mais pesquisas geograficamente diversificadas, inclusive em países de renda média e alta, onde a abordagem está crescendo em popularidade.

Para servir os cidadãos de qualquer cidade, você tem que saber o que os cidadãos precisam, e não há melhor maneira de o fazer do que falar efetivamente com os cidadãos.



- [Steve Potter](#), Membro da Austin Homelessness Comitê Consultivo, 2020



Uma foto detalhada mostra o livro de auditorias sociais usado pela equipe do Monitor de Responsabilidade do Serviço Público em Grahamstown, África do Sul. Foto por OGP.

Alessandra Costarella, uma ativista estudantil de 19 anos, com seus amigos em Crotone, Calábria, Itália. Alessandra participa da A [Scuola di OpenCoesione](#) iniciativa. Foto por OGP.



CAPÍTULO 5

Mecanismos de Reparação de Queixas



Os Benefícios de Mecanismos de Reparação de Queixas

Mecanismos de reparação de queixas (GRMs) no setor público podem complementar poderosamente o sistema de justiça e melhorar a governança e a prestação de serviços públicos. Eles podem identificar e combater práticas prejudiciais, minimizar danos às pessoas afetadas e evitar atrasos ou cancelamentos injustificados de serviços e programas.*

Definições

MECANISMOS DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS - Processos institucionalizados do setor público permitem que cidadãos reclamem e busquem reparação por serviços que deveriam ter recebido por direito.¹ As agências governamentais criam GRMs para incentivar os indivíduos a expressar suas preocupações.² Elementos de um GRM bem sucedido são:³

- **CAPACIDADE DE RECLAMAÇÃO DO CIDADÃO** - As pessoas devem conhecer seus direitos e o que esperar dos programas públicos. Devem ter apoio institucional para acessar os benefícios e utilizar mecanismos de reclamação para obter uma resposta oportuna sem medo de represálias.
- **CAPACIDADE DO ESTADO PARA RESPONDER** - Os atores estatais precisam de independência, autoridade e recursos para registrar, rastrear e resolver reclamações e fazer cumprir as decisões. Os atores estatais devem ser capazes de redirecionar ou escalar reclamações quando eles não puderem lidar com elas, e eles devem se comprometer a manter o anonimato dos reclamantes.
- **TRANSPARÊNCIA PROATIVA** - Os GRMs devem ser proativamente transparentes sobre a natureza e o número de reclamações, a taxa de resolução e o tempo necessário para resolvê-las integralmente. Onde as reclamações são tratadas em sigilo, há poucas pressões externas sobre os atores governamentais para resolvê-las. A transparência proativa é particularmente crucial para que os GRMs obtenham feedback positivo das políticas, pois pode destacar problemas generalizados ou sistemáticos dentro de um setor que exigem transparência para reconstruir a confiança institucional.

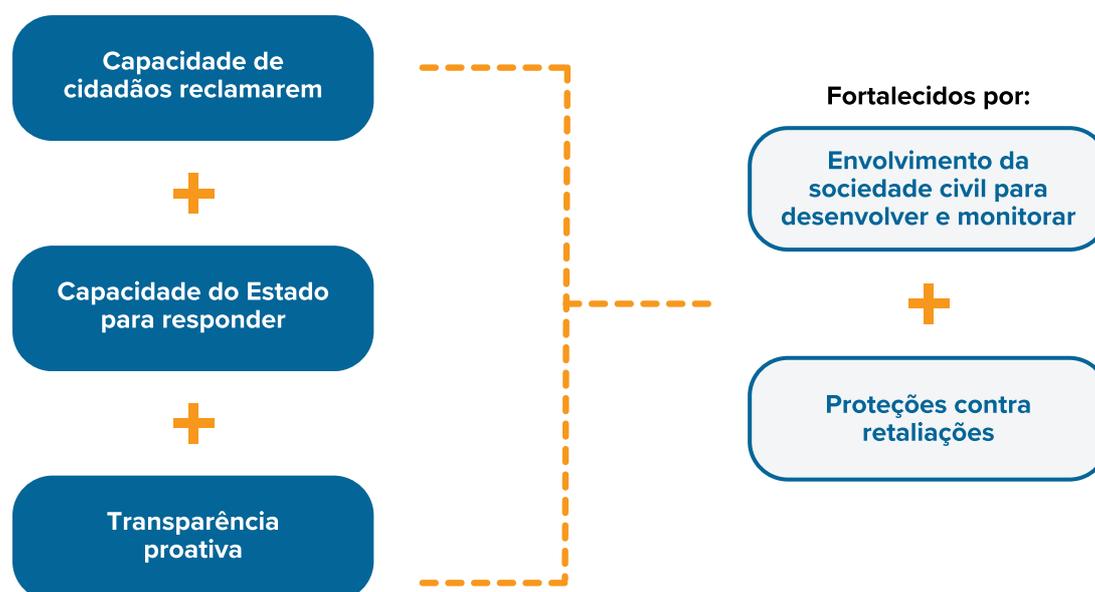
* Este capítulo é baseado em um documento de referência de Suchi Pande e Naomi Hossain para apoiar The Skeptic's Guide: Suchi Pande e Naomi Hossain, [Mecanismos de reparação de queixas no setor público: uma revisão de literatura](#) (Centro de Pesquisa de Responsabilidade e Parceria de Governo Aberto, março de 2022).

As experiências da implementação do GRM nos países em desenvolvimento trazem lições adicionais aprendidas. A seguir elementos que criam GRMs fortes:

- **Envolvimento da sociedade civil na concepção conjunta** de GRMs e na verificação de que as reclamações são tratadas;⁴ e
- **Incluindo salvaguardas contra retaliação, como garantir o anonimato, mesmo quando as reclamações são transferidas entre departamentos.** Cidadãos podem diminuir seu uso e confiança em GRMs se seu uso levar a retaliação contra eles. Essa retaliação pode significar a perda de seu status de beneficiário ou pode levar a consequências ainda mais graves, como assédio e assassinato.⁵

A Figura 5 destaca esses elementos.

Figura 5: Elementos de um GRM bem-sucedido⁶



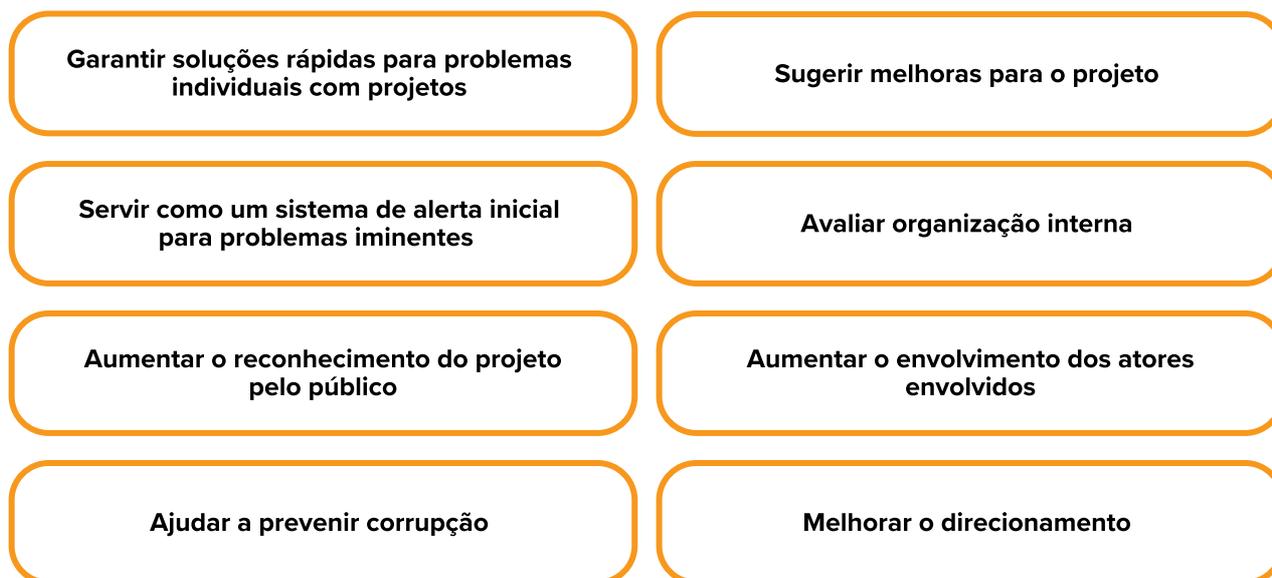
GRMS NO SETOR PÚBLICO

Os GRMs estão cada vez mais difundidos em diferentes setores. Agências de ajuda ao desenvolvimento, como o Banco Mundial, tem cada vez mais incluído suas operações de crédito desde 2008 e, desde 2018, o Banco Mundial os tornou obrigatórios em todos os financiamentos de projetos de investimento.⁷ GRMs também foram implementados na rede privada, uma vez que eles provaram reduzir “financeira, riscos de construção, operacionais, reputacionais e corporativos.”⁸ Experiências desses setores fortaleceram a defesa dos GRMs. Figura 6 lista alguns dos benefícios dos GRMs do setor privado que podem ser transferidos para o setor público.

Até o momento, grande parte da pesquisa sobre GRMs tem sido sobre o seu uso em público-privado parcerias, como megaprojetos, ou grandes investimentos privados, como mineração ou petróleo operações. Esta seção se concentra em uma crescente tendência: colocar GRMs no dia-a-dia operações da administração pública.

Auditorias sociais e GRMs se complementam. As auditorias sociais são uma ferramenta para monitorar o serviço público entregue, enquanto GRMs são uma avenida para voz de reclamações quando os governos não estão entregando esses serviços como deveriam. De certa forma, as auditorias sociais são uma medida preventiva, enquanto GRMs são reativos.

Figura 6. O que os GRMs podem fazer pelos governos e implementadores de projetos?⁹



A Evidência

Aqui está o que as evidências mostram sobre como os GRMs funcionam no setor público e como eles podem ser projetados e implementados para serem mais eficazes.*



REDES DE IGUALDADE E SEGURANÇA

- **GRMs ajudam cidadãos em situação de pobreza a se beneficiarem de serviços públicos.** O principal programa de transferência condicional de dinheiro das **Filipinas**, o Programa Pantawid Familyang Pilipino (“4Ps”) incluiu um mecanismo para receber e tratar reclamações desde a sua criação em 2007. Este programa visa a população mais pobre e fornece às famílias uma ajuda de custo diária, condicionada à frequência das crianças à escola e aos exames regulares de saúde. Por meio do GRM do programa, os implementadores conseguiram rastrear e categorizar com sucesso as reclamações recebidas. Em 2017, o programa atingiu um índice de resolução de reclamações de 91%.¹⁰
- **GRMs capacitam as mulheres.** Beneficiários do Programa de Apoio à Renda Benazir no **Paquistão** alegaram que poder visitar repartições públicas para registrar suas reclamações sobre o programa era em si uma experiência empoderadora para mulheres que anteriormente não tinham incentivos para se envolver com funcionários públicos.¹¹

* Esta revisão extrai evidências de GRMs apenas em países em desenvolvimento. Pesquisas futuras podem olhar para a adoção e uso de GRMs e abordagens relacionadas em países de renda mais alta.

- **Intermediários e facilitadores podem construir confiança e aumentar o uso de GRMs.** Embora os GRMs digitais possam ajudar os cidadãos a relatar o desempenho do governo ignorando o processo burocrático,¹² deles podem não ser a melhor solução para determinadas comunidades. Os GRMs digitais não têm a abordagem pessoal que um intermediário ou facilitador pode dar. Os facilitadores podem construir confiança e orientar os cidadãos a expressar suas queixas. Isso é particularmente importante em comunidades que sentem que foram tratadas injustamente pelo Estado.¹³
- **Os GRMs ajudam as pessoas com deficiência a participar dos programas aos quais têm direito.** No **Egito**, GRMs administrados pelo governo foram usados para analisar reclamações de pessoas com deficiência que alegavam legitimamente ter sido excluídos do programa de transferências incondicionais de dinheiro da Takaful e Karama. Os GRMs ajudaram a equipe a identificar o registro incorreto de deficiências que afetam a elegibilidade ao programa. Das mais de 270.000 reclamações entre 2018 e 2020, quase 100.000 reclamantes tiveram suas avaliações revisadas para se tornarem elegíveis para as transferências em dinheiro.¹⁴



SATISFAÇÃO DO CIDADÃO

- **GRMs ajudam a transformar as queixas dos cidadãos em satisfação.** Em 2014, o **Quênia** lançou o MajiVoice, um sistema integrado que recebe reclamações sobre serviços de água presencialmente, por telefone e online (embora 97% das reclamações sejam feitas pessoalmente ou por telefone). É monitorado pelo Conselho Regulador dos Serviços de Água, que garante transparência e tem poderes para tomar medidas legais contra falhas nos padrões de serviço. Durante o primeiro ano de implementação do MajiVoice, o número de reclamações aumentou quase dez vezes, o ritmo de reparação melhorou constantemente e os tempos médios de resposta diminuíram pela metade. Uma pesquisa de 2017 com usuários do MajiVoice descobriu que quase metade deles estava satisfeito ou muito satisfeito com a experiência e que 60% achavam que sua reclamação foi levada a sério pela companhia de água.¹⁵
- **O monitoramento do cidadão por meio de plataformas digitais pode melhorar o desempenho do pessoal do governo.** Um fornecedor de água municipal urbano na **Índia** melhorou seu GRM com um sistema online que monitorou o desempenho da equipe com base nas reclamações dos cidadãos. Desde que esse componente digital foi adicionado, os usuários perceberam “mudanças significativas” no comportamento da equipe.¹⁶ As reclamações foram atendidas em quatro dias, em oposição à prática anterior de não ser atendida.¹⁷

Limites da Evidência

- **As evidências são limitadas aos países em desenvolvimento.** Outras lições e evidências podem ser extraídas de GRMs em países de renda média e alta.
- **O sucesso dos GRMs pode ser atribuído à motivação inicial para implementá-los.** Embora existam elementos comuns entre os GRMs, a motivação dos políticos e governos para implementá-los afeta a forma como eles são projetados e avaliados. Por exemplo, quando os GRMs são obrigatórios por lei, eles podem ser mais ornamentais do que funcionais.¹⁸ Assim, é importante que todas as partes interessadas internalizem e comuniquem os benefícios dos GRMs e os implementem com propósito, além do mero cumprimento.
- **GRMs do setor público são comuns, mas pouco estudados prática institucional.** Dado que as políticas e programas muitas vezes exigem a implementação de GRMs, eles não foram questionados ou estudados. Em alguns contextos, não há necessidade de “construir um caso para” GRMs porque eles já são obrigatórios.¹⁹ No entanto, mais pesquisas beneficiariam a qualidade dos GRMs.
- **Mais pesquisas são necessárias sobre os impactos gerais dos GRMs.** A maior parte da literatura sobre GRMs se concentra em sua eficiência interna e não em como eles afetam a prestação de serviços e as relações cidadão-estado no longo prazo. A pesquisa tende a se concentrar em melhorar as consequências em resposta a falhas de serviço, em vez de abordar as causas das falhas deserviço; o potencial de ciclos de feedback de políticas não é abordado. Além disso, há mais atenção ao registro bem-sucedido das reclamações do que à sua resolução.²⁰
- **O papel dos GRMs é limitado.** Embora possam identificar e resolver problemas, os GRMs não podem compensar programas mal projetados ou implementados.²¹ Os GRMs provaram ser úteis com problemas que têm uma solução baseada em regras, como erros de inscrição e registro ou atraso no pagamento.²² Eles raramente são adequados para resolver outros assuntos, como a inelegibilidade de uma pessoa para um programa. Cidadãos inelegíveis, mas que acreditam que merecem o benefício, podem apresentar uma solicitação e podem ficar ainda mais desapontados quando a agência que recebe a solicitação não pode resolver sua preocupação.²³

- **A digitalização de GRMs pode não funcionar para todas as populações.** Os intermediários ainda são importantes para facilitar o acesso aos GRMs em populações que sentem que foram tratadas injustamente.²⁴
- **Os efeitos de gênero do acesso ao GRM exigem o envolvimento das OSCs.** Evidências da Indonésia, Quênia e Etiópia apontam para um maior uso de GRMs entre homens com diploma universitário.²⁵ Mulheres e outros grupos carentes são menos propensos a reclamar e se beneficiar de apoio cívico ou organizacional no registro e acompanhamento de reclamações.²⁶ Assim, é importante proteger e fomentar o papel das organizações da sociedade civil como intermediárias com os cidadãos.

A prestação de serviços públicos é uma componente chave do contrato social entre governos e cidadãos, e uma área onde a reforma do governo aberto provavelmente terá mais significado e impacto para os cidadãos em nível local.

- [Isaac Aidoo](#), Ponto de contato do governo da OGP para Sekondi-Takoradi, Gana, 2020



Ji-eun Kim ensina alunos em sua sala de aula em Jeju, República da Coreia. A [Iniciativa da Primeira Rua](#) procura apoiar os cidadãos de todas as idades, permitindo-lhes propor políticas que vão ao encontro das suas necessidades. Foto por OGP.



O GUIA DO CÉTICO PARA GOVERNO ABERTO 2022

Além das Políticas:

O Crescente Argumento para o Governo Aberto

Além das Políticas:

O Crescente Argumento para o Governo Aberto

Os capítulos anteriores focam nos impactos de políticas específicas de governo aberto. Este capítulo inclui evidências adicionais, mais gerais, que fortalecem a defesa do governo aberto.

A seção é dividida em três partes:

1. Evidências crescentes da importância da mídia livre e do espaço cívico
2. Governo aberto, COVID e saúde pública
3. Dividendo democrático: o papel do governo aberto

1. O Crescente Argumento de Supervisão Pública e Espaço Cívico

O governo aberto é importante para os resultados do desenvolvimento. Em 2018, a OGP trabalhou com pesquisadores do Varieties of Democracy ([V-Dem](#)) Institute para analisar a "responsabilidade diagonal."¹ O V-Dem mede a responsabilidade diagonal em termos de liberdade de mídia, liberdade de expressão, independência das deliberações públicas e força das organizações da sociedade civil. Os pesquisadores descobriram que uma responsabilidade diagonal mais forte é preditiva dos seguintes indicadores de desenvolvimento:

- **Menor mortalidade infantil:** à medida que os países se tornam mais responsáveis e abertos ao longo do tempo, suas taxas de mortalidade infantil diminuem. Com responsabilidade diagonal máxima, a mortalidade infantil é reduzida em 10 mortes por 1.000.
- **Maior média de anos de educação de adultos:** Em média, para cada 10 anos que um país mantém um alto nível de responsabilidade diagonal, a educação de adultos aumenta em 1 ano.
- **Desigualdade e crescimento:** Níveis mais altos de responsabilidade diagonal em um país estão correlacionados com distribuição de renda (menor coeficiente de Gini) e maior crescimento econômico.

2. Destaque para COVID-19 e Saúde Pública

Um crescente corpo de evidências² mostra que as democracias se saem melhor em pandemias e na saúde pública em geral. Artigos publicados em revistas importantes como *The Lancet*³ e *The British Medical Journal*,⁴ e prestigiosos think tanks como Chatham House⁵ e Our World in Data,⁶ previram que as democracias se sairiam melhor ao lidar com a pandemia de COVID-19. Mas qual é o papel da transparência?

- Surpreendentemente, as baixas oficiais da COVID-19 são maiores em países mais transparentes.*
- Mas, governos menos transparentes provavelmente estão subnotificando a mortalidade por COVID-19. Quando os pesquisadores analisaram o “excesso de mortalidade” – uma métrica que compara todas as mortes registradas com as esperadas – eles descobriram que a transparência não está correlacionada com o excesso de mortalidade. Isso sugere que os países menos transparentes podem não estar relatando com precisão as mortes devido a sistemas nacionais de estatísticas mais fracos ou interferência potencial na coleta e publicação de dados.⁷

3. O Dividendo Democrático: O Papel do Governo Aberto

Um corpo crescente de estudiosos está olhando para a relação entre a democracia e os resultados do desenvolvimento além da saúde. Grande parte desse trabalho foi centrado nos dados fornecidos pelo Instituto V-Dem. Os destaques dos pesquisadores em torno deste trabalho foram resumidos no [Relatório da Conferência Case for Democracy](#). Esta seção destaca as descobertas que mostram uma relevância particular para os valores do governo aberto de transparência, participação e responsabilidade.

A abertura é boa para o crescimento econômico

- A liberdade de expressão desempenha um papel importante nos dividendos da democracia sobre o crescimento econômico.⁸ Pesquisas recentes estabelecem uma relação positiva de longo prazo entre democracia e crescimento econômico. Um estudo de 2022 analisou quais fatores específicos da democracia levam ao crescimento econômico e descobriu que são principalmente eleições limpas e liberdade de expressão que impulsionam o efeito de longo prazo da democracia no crescimento econômico.⁹

Proteger o espaço cívico aumenta a proteção ambiental

- Permitir a liberdade de expressão e associação é bom para o meio ambiente. Respeito pelas liberdades civis fornece às ONGs ambientais as condições necessárias para influenciar a política ambiental. Um estudo de 2020 descobriu que um aumento de 1% nas liberdades civis gera uma redução de 0,05% nas emissões nacionais de CO₂.¹⁰

* Um estudo dos pesquisadores Alina Mungiu-Pippidi e Alvaro Lopez descobriu que quanto mais um governo publica dados importantes, maior o número de mortes relatadas em 127 países estudados. Isso vale mesmo quando contabilizamos os gastos com saúde do país e o percentual de sua população acima de 65 anos (mais em risco de complicações do COVID-19). “Contando os mortos de forma transparente” (Hertie School of Governance, 2022), <https://www.againstcorruption.eu/articles/counting-the-dead-transparently/>

A democracia apoia a abertura

- As democracias tendem a fornecer mais dados às organizações internacionais. Um estudo descobriu que quando os países fazem a transição da autocracia para a democracia, eles aumentam seu fornecimento de dados ao Banco Mundial em 13 pontos percentuais.¹¹
- As democracias são mais transparentes sobre seu crescimento. Um novo estudo comparou as estatísticas fornecidas ao Banco Mundial com outra medida de crescimento econômico: luzes noturnas. Eles descobriram que, medidos por um aumento nos regimes leves, de fato, autocráticos, superestimam suas taxas de crescimento anual do PIB em 0,5-1,5 pontos percentuais em média nas estatísticas apresentadas ao Banco Mundial.¹²
- A democratização também leva a uma maior transparência fiscal. Um estudo descobriu que a transição da autocracia para a democracia melhora a transparência fiscal em 18 pontos percentuais. Os autores explicam que esse aumento é muito provavelmente consequência de eleições livres, justas e competitivas.¹³

Os governos que se engajam estão aqui para ficar.
O apelo à democracia não vai embora.

- Lysa John, Secretária Geral, CIVICUS no [Cúpula Virtual de Líderes da OGP](#), 2020



Os membros do Comitê Diretor se reúnem na Cúpula Global da OGP 2019 no Canadá. Foto por OGP.



O GUIA DO CÉTICO PARA GOVERNO ABERTO 2022

O que a OGP Pode Fazer por Você?

O que a OGP Pode Fazer por Você?

A participação na OGP oferece um espaço único para explorar soluções para os desafios atuais e tornar os governos mais abertos, inclusivos, participativos e prestar contas aos seus cidadãos.

A OGP é uma plataforma comprovada de colaboração entre governo e sociedade civil

Os membros da OGP cocriam planos de ação e dialogam regularmente com a sociedade civil por meio de plataformas como fóruns multissetoriais sobre governo aberto. O recém-lançado [OGP Vital Signs](#) relatório, que analisa os últimos 10 anos de dados da OGP, mostram evidências estatísticas de que a força desse engajamento da sociedade civil prevê resultados positivos.¹ Quando a sociedade civil participa de um diálogo iterativo e definição de agenda com do governo, os compromissos tendem a ser mais ambiciosos. A plataforma OGP reúne um conjunto diversificado dos interessados. Na última década, a OGP não só aumentou o número de associados, como também ampliou o número de ramos e níveis de governo envolvidos em seu processo e participação está se tornando mais inclusiva e equitativa.²

A OGP é uma plataforma para avançar em áreas políticas

Os membros da OGP mostraram melhorias no “mundo real” em áreas políticas específicas, como abertura fiscal e contratação aberta. Os países da OGP que assumiram compromissos ambiciosos em vários planos de ação para a divulgação de informações orçamentárias tornou-se mais aberta do que outros países da OGP nessas áreas, com base em dados de terceiros.³ Compromissos relacionados a tópicos anticorrupção, como contratação aberta, traduzem-se regularmente em resultados iniciais.⁴ Os compromissos relacionados à justiça aumentaram em frequência dramaticamente nos últimos anos. Especificamente, em torno do acesso à justiça, vários membros da OGP apresentaram compromissos de justiça centrados nas pessoas para lidar com barreiras e problemas sistêmicos.⁵ Esses esforços demonstram o poder de a plataforma global da OGP e os planos de ação de propriedade nacional para melhorar os resultados para os cidadãos.

A OGP apoia o aprendizado e os resultados

A OGP não é uma loja de conversa. Ser membro da OGP significa ser responsável por trabalhar em direção a resultados reais. OGP Mecanismo de Relatório Independente (IRM) responsabiliza os governos avaliando a ação dos membros planos e permite que as partes interessadas monitorem o progresso dos membros participantes. O IRM também fornece recomendações de melhoria e aprendizado. A implementação dessas recomendações está associada a planos e processos de ação de maior qualidade.⁶ Na última década, foram concluídas centenas de compromissos e taxas de resultados antecipados (mudanças concretas nas práticas governamentais relacionadas ao acesso a informação, participação cívica e/ou responsabilidade pública como resultado da implementação de um compromisso) permanecer estável.

Notas Finais

Acesso à Justiça

- 1 Task Force on Justice, *Justice for All – Final Report* (Centro de Cooperação Internacional, 2019), <https://www.justice.sdg16.plus/report>.
- 2 Governos do Afeganistão et al., Carta Conjunta ao Secretário-Geral da ONU Reimaginando contratos sociais: Um chamado para colocar as pessoas no centro da justiça, 14 de abril de 2021, <https://www.justice.sdg16.plus/ministerial>.
- 3 Reza Lahidji et al., *Building a business case for access to justice* (OCDE, 2020), <https://www.oecd.org/gov/building-a-business-case-for-access-to-justice.pdf>.
- 4 Zhigang Wei, Hugh M. McDonald e Christine Coumarelos, “Fines: Ares desfavorecidos estão em desvantagem?” *Justice Issues* 27 (Fundação Law and Justice of New South Wales, fevereiro de 2018), [http://www.lawfoundation.net.au/ljf/site/articleIDs/D5D375991CE8E1B68525823A000641F4/\\$file/JI_27_Fines_disadvantaged_people.pdf](http://www.lawfoundation.net.au/ljf/site/articleIDs/D5D375991CE8E1B68525823A000641F4/$file/JI_27_Fines_disadvantaged_people.pdf).
- 5 Ibid.
- 6 Martin Gramatikov et al., *Justice Needs and Satisfaction in the United States 2021* (HiiL, 2021), <https://iaals.du.edu/sites/default/files/documents/publications/justice-needs-and-satisfaction-us.pdf>.
- 7 Ibid.
- 8 Projeto Justiça Mundial, “Acesso das Mulheres à Justiça: Um Instantâneo Global” (8 de março de 2019), <https://worldjusticeproject.org/news/womens-access-justice-global-snapshot>.
- 9 Grupo do Banco Mundial, *Mulheres, Negócios e Direito* 2018 (2018), 17, <http://hdl.handle.net/10986/29498>.
- 10 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Sultan Mehmood, “Judicial Independence and Development: Evidence from Pakistan” *Documentos de Trabalho AMSE* 2041 (Aix-Marseille School of Economics, dezembro de 2020), <https://ideas.repec.org/p/aim/wpaimx/2041.html>.
- 11 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Wei, McDonald e Coumarelos, “Fines: Are desfavorecidos pessoas em desvantagem?”
- 12 Andrew Burrige e Nick Gill, “Conveyor-Belt Justice: Precarity, Access to Justice, and Uneven Geographies of Legal Aid in UK Asylum Appeals,” *Antipode* 29, no. 1 (Wiley Online Library, 3 de agosto de 2016): 23–42, <https://doi.org/10.1111/anti.12258>.
- 13 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Ingrid Eagly, Steven Shafer e Jana Whalley, “Detaining Families: A Study of Asylum Adjudication in Family Detention” *Cal. L. Rev.* 106, não. 3 (jun. 2018): 785, <https://doi.org/10.15779/Z38WH2DF26>.
- 14 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Camilo Gutiérrez Patiño et al., *Global Insights on Access to Justice* (World Justice Project, 2019), <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-A2J-2019.pdf>.
- 15 Os custos legais são de cerca de US\$ 6.000 para questões de terra e família, mais de US\$ 3.000 para problemas com a polícia e pelo menos US\$ 1.750 para problemas relacionados à imigração, dinheiro, violência doméstica, abuso, moradia, danos pessoais ou danos materiais. Este foi retirado de uma amostra representativa. Martin Gramatikov et al., *Justice Needs and Satisfaction in the United States*, 2021.

- 16 Rodrigo Núñez et al., *Justice Needs and Satisfaction in Uganda 2020* (Hiil, set. 2020), https://www.hiil.org/wp-content/uploads/2020/10/JNS_Uganda_2020_online-1.pdf.
- 17 JJ Prescott e Sonja B. Starr, “Expurgação de condenações criminais: um estudo empírico” *Harv. L. Rev.* 133, no. 8 (maio de 2020): 2460–555, <https://repository.law.umich.edu/articles/2165/>.
- 18 Sophie Stewart, *Discussion Paper: The Case for Smart Justice Alternatives: Respondendo a questões de justiça em WA por meio de uma abordagem de Reinvestimento de Justiça* (Reinvestimento Social WA, 30 de março de 2020), <https://static1.squarespace.com/static/59c61e6dbefafb0293c04a54/t/5ef5632af22174273c5d18d5/1593140018902/SRWA+Discussão+Papel+on+Justiça+Reinvestimento+em+WA+Março2020+%281%29.pdf>.
- 19 Romain Espinosa, Claudine Desrieux e Marc Ferracci, “Mercado de trabalho e acesso à justiça” *International Rev. de L. e Econ* 54 (junho de 2018): 1–16, <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014481881730042X>.
- 20 Força-Tarefa sobre Justiça, *Justiça para Todos – Relatório Final* (Centro de Cooperação Internacional, 2019), https://www.justice.sdg16.plus/_files/ugd/90b3d6_746fc8e4f9404abeb994928d3fe85c9e.pdf.
- 21 Arnaud Deseau, Adam Levai e Michèle Schmiegelo, “Access to Justice and Economic Development: Evidence from an International Panel Dataset” *LIDAM Discussion Papers IRES 2019009* (Institut de Recherches Economiques et Sociales de l’Université Catholique de Louvain, abril de 2019), <https://ideias.repec.org/p/ctl/louvir/2019009.html>.
- 22 Weston, *The Benefits of Access* citando Johannes Boehm e Ezra Oberfield “Misallocation in the Market for Inputs: Enforcement and the Organization of Production” Working Paper 24937 (National Bureau of Economic Research, agosto de 2018), <https://www.nber.org/papers/w24937>.
- 23 Weston, *The Benefits of Access* citando Adam Aberra e Matthieu, “A representação legal aumenta o investimento? Evidência de um experimento de campo no Quênia” *J. of Dev’t Econ* 150C (Elsevier, 2021), <https://ideas.repec.org/a/eee/deveco/v150y2021ics0304387820301875.html>.
- 24 Weston, *The Benefits of Access* citando Nações Unidas e Banco Mundial, *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Prevent Violent Conflict* (Banco Mundial, 2018), <http://hdl.handle.net/10986/28337>; Força Tarefa Justiça, *Justiça para Todos*.
- 25 Mathilde Laisne, Jon Wool e Christian Hencrichsonne, *Vencidos: Examinando os Custos e Consequências de Charging for Justice in New Orleans* (Vera Institute of Justice, 2017), <https://www.vera.org/downloads/publications/past-due-costs-consequences-charging-for-justice-new-orleans.pdf>.
- 26 JJ Prescott, “Melhorando o Acesso à Justiça nos Tribunais Estaduais com Tecnologia de Plataforma” *Vand. L. Rev.* 70 (2017): 1993–2050, <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2912&context=articles>.
- 27 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Prescott, “Improving Access to Justice.”
- 28 O Recurso para Grandes Programas, *Análise de Retorno do Investimento para Pro Bono Ontário, Projeto Final Relatório* (Pro Bono Ontário, 18 de setembro de 2017), <https://www.probonoontario.org/wp-content/uploads/2018/10/ROI.pdf>.
- 29 Weston, *The Benefits of Access* citando Stout Risius Ross, Inc., *Prestando assessoria em casos de despejo da Filadélfia para inquilinos de baixa renda* (Philadelphia Bar Ass’n, 2018), <http://philadelphiabar.org/WebObjects/PBA.woa/Contents/WebServerResources/CMSResources/PhiladelphiaEvictionsReport.pdf>.

- 30 Weston, *The Benefits of Access to Justice* citando Sofie Marien e Hannah Werner, “Tratamento justo, jogo justo? A relação entre percepções de tratamento justo, confiança política e atitudes compatíveis e cooperativas em todo o país” *Eur. J. de Pol Res.* 58, no. 1 (fevereiro de 2019): 72–95. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12271>.
- 31 Weston, *The Benefits of Access* citando Kyle Peyton, Michael Siera-Arévalo e David G. Rand, “A field experiência de policiamento comunitário e legitimidade policial” *Proc. Nat'l Acad. Sci. EUA* 116, no. 40 (2019): 19894-19898. <https://doi.org/10.1073/pnas.1910157116>.
- 32 Romain Espinosa, Claudine Desrieux e Marc Ferracci, “Mercado de trabalho e acesso à justiça” *International Rev. de L. e Econ* 54 (junho de 2018): 1–16, <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014481881730042X>.
- 33 Verónica Michel, “Desenho Institucional, Independência do Ministério Público e Responsabilidade: Lições da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG)” *Leis* 10, n. 58 (2021): 58, <https://doi.org/10.3390/laws10030058>.
- 34 Washington Office on Latin America (WOLA), “Fact Sheet: o legado da CICIG no combate à corrupção em Guatemala” (27 de agosto de 2019), <https://www.wola.org/analysis/cicigs-legacy-fighting-corruption-guatemala/>.
- 35 Guillermo Trejo e Camilo Nieto-Matiz, *Contenção da Violência Criminal em Grande Acusação internacionalizada: como a CICIG contribuiu para a redução da taxa de homicídios na Guatemala* (2019), https://www.researchgate.net/publication/335711550_Containing_Large-Scale_Criminal_Violence_through_Internationalized_Prosecution_How_the_CICIG_Contribute_to_the_Reduction_of_Guatemala's_Murder_Rate.
- 36 Em uma pesquisa com uma amostra nacionalmente representativa de 1.546 guatemaltecos em 2017, 71% disseram confiar CICIG, enquanto apenas 43% confiavam no Tribunal Constitucional e 54% confiavam no Ministério Público. Elizabeth J. Zechmeister e Dinorah Azpuru D, “O que o Relatório Público sobre Corrupção, a CICIG, o Ministério Público e o Tribunal Constitucional na Guatemala?” Resumo do tópico do projeto de opinião pública da América Latina 29 (Vanderbilt Univ., 31 de agosto de 2017): 1–5, <https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/ITB029en.pdf>.
- 37 Guadalupe Kavanaugh, Maria Micaela Sviatschi e Iva Trako, “Women Officers, Gender Violence and Human Capital: Evidências dos Centros de Justiça da Mulher no Peru” *halshs-01828539f* (HAL, 2018), <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01828539/document>.
- 38 Weston, *Os Benefícios do Acesso à Justiça*.

Notas Finais

Abertura Fiscal

- 1 Martin Haus, Joachim Wehner e Paolo de Renzio, *(Quando) Orçamentos Abertos Transformam Vidas? Progress and Next Steps in Fiscal Openness Research* (International Budget Partnership, Global Initiative for Fiscal Transparency and Open Government Partnership, maio de 2022), <https://www.opengovpartnership.org/document/when-do-open-budgets-transform-lives-progress-and-next-steps-in-fiscal-openness-research/>.
- 2 Ibid.
- 3 People Powered, “Orçamento Participativo”, <https://www.peoplepowered.org/about-pb>.
- 4 Para uma definição de cada etapa do ciclo orçamentário, consulte o site da International Budget Partnership: <https://internationalbudget.org/2017/02/making-budget-cycle-budget-formulation-stage/>.
- 5 Robert M. Gonzalez, Matthew Harvey e Foteini Tzachrista, *Monitorando a corrupção: pode ser de cima para baixo Monitorando a Participação Popular?* (SSRN, 18 de junho de 2020), https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3633248.
- 6 Haus, Wehner e Renzio, *(quando) os orçamentos abertos transformam vidas?*
- 7 Gonzalez, Harvey e Tzachrista, *Monitorando a corrupção*.
- 8 Yves Zamboni e Stephan Litschig, “Auditoria de risco e extração de renda: Evidência de um estudo randomizado avaliação no Brasil” *J. de Dev't Econ.* 134 (2018): 133–149, <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.03.008>.
- 9 Michael Touchton, Brian Wampler e Tiago Peixoto, “Of democratic governance and Revenue: Instituições participativas e geração de impostos no Brasil” *Governança* 34, no. 4 (outubro de 2021): 1193–1212, <https://doi.org/10.1111/gove.12552>
- 10 Fredrik M. Sjoberg, et al., “Voz e punição: um experimento de pesquisa global sobre moral fiscal” Banco Mundial Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas 8855 (Banco Mundial, 2019), <http://hdl.handle.net/10986/31713>.
- 11 Michael Touchton e Brian Wampler, “Engajamento público para a saúde pública: orçamento participativo, programas sociais direcionados e mortalidade infantil no Brasil” *Dev't in Practice* 30, no. 5 (2020): 681–686, <https://doi.org/10.1080/09614524.2020.1742662>.
- 12 Ibid.
- 13 Haus, Wehner e Renzio, *(quando) os orçamentos abertos transformam vidas?*
- 14 Jonathan L. Weigel, “O dividendo de participação da tributação: como os cidadãos do Congo se envolvem mais com o Estado quando tenta tributá-los” *The Quarterly J. of Econ.* 135, nº. 4 (2020): 1849-1903, <https://doi.org/10.1093/qje/qjaa019>.
- 15 Disponível em: <https://rendircuentas.mideplan.go.cr/>.
- 16 Martín A. Rossi, Antonia Vazquez e Juan Cruz Vieyra, *Divulgação de Informações e Performance de Investimento Público, o Caso da Costa Rica Documento de Discussão nº BID-DP-795* (Banco Interamericano de Desenvolvimento, agosto de 2020), <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Information-Disclosure-and-Desempenho-do-Investimento-Público-O-Caso-da-Costa-Rica.pdf>.

- 17 Silvia Vannutelli, “De cachorrinhos a cães de guarda: atribuição aleatória de auditores e performance na Itália” (manuscrito não publicado, 11 de novembro de 2021), https://economics.yale.edu/sites/default/files/from_lapdogs_to_watchdogs.pdf.
- 18 Sounmon Hong e B. Shine Cho, “Participação cidadã e redistribuição de bens públicos” *Administração* 96, n. 3 (setembro de 2018): 481–496, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/padm.12521>.
- 19 Ibid.
- 20 Touchton e Wampler, “Engajamento público para a saúde pública.”
- 21 Haus, Wehner e Renzio, *(quando) os orçamentos abertos transformam vidas?*
- 22 Philipp Krause e Gonzalo Hernández Licona “Das descobertas experimentais à política baseada em evidências” *Desenvolvimento Mundial* 127 (2020): 1–3, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104812>.
- 23 Ritva Reinikka e Jacob Svensson, “Combater a corrupção para melhorar a escolaridade: evidências de um campanha jornalística em Uganda” *J. do Eur. Eco. Ass'n* 3, não. 2–3 (2005): 259–267, <https://doi.org/10.1162/jeea.2005.3.2-3.259>; Ritva Reinikka e Jacob Svensson, “O poder da informação nos serviços públicos: Evidências da educação em Uganda” *J. of Pub. Eco.* 95, não. 7–8 (2011): 956–966, <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2011.02.006>.
- 24 Gustavo J. Bobonis, Luis R. Cámara Fuertes e Rainer Schwabe, “Monitoramento de políticos corruptíveis” *Amer. Eco. Rev.* 106, não. 8 (agosto de 2016): 2371–2405, <http://doi.org/10.1257/aer.20130874>.
- 25 Bobonis, Fuertes e Schwabe, “Monitoramento de políticos corruptíveis.”
- 26 Maria Paula Gerardino, Stephan Litschig e Dina Pomeranz, “Distortion by Audit: Evidence from Public Procurement” NBER Working Paper 23978 (National Bureau of Economic Research, ago. 2020), <https://www.nber.org/papers/w23978>

Notas Finais

Contratação Aberta

- 1 Parceria de Contratação Aberta e Valor para Mulheres, *Rumo ao Equilíbrio de Gênero nas Compras Públicas, Entendendo as Barreiras e Soluções para Incluir Negócios Liderados por Mulheres* (Contratação Aberta Parceria, 2020), <https://www.open-contracting.org/wp-content/uploads/2020/07/OCP2020-Gender-Responsive-Procurement.pdf>.
- 2 Artur Kovalchuk, Charles Kenny e Mallika Snyder, Examinando o impacto do e-procurement na Ucrânia (Documento de Trabalho 511, junho de 2019), <https://www.cgdev.org/sites/default/files/examining-impact-e-procurement-ukraine.pdf>.
- 3 Ibid.
- 4 Sophie Brown, “‘Todo mundo vê tudo’ Revisão do setor de contratação corrupto da Ucrânia” (Parceria de Contratação Aberta, 28 de novembro de 2016), <https://medium.com/open-contracting-stories/everyone-sees-Everything-fa6df0d00335>.
- 5 Painel oficial do Prozorro BI, <https://bi.prozorro.org/sense/app/fba3f2f2-cf55-40a0-a79f-b74f5ce947c2/folha/HbXjQep/estado/análise>.
- 6 Roberto de Michele e Gastón Pierri, Transparência e Governo Digital, o Impacto do COMPR.AR na Argentina Documento de Discussão N° BID-DP-767 (Banco Interamericano de Desenvolvimento, maio de 2020), <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Transparency-and-Digital-Government-The-Impact-of-COMPR.AR-in-Arentina.pdf>.
- 7 Sophie Brown e Georg Neumann, “Alquimistas da transparência do Paraguai: como os cidadãos estão usando a contratação aberta para melhorar os gastos públicos” (Parceria de Contratação Aberta, 2 de outubro de 2017), <https://medium.com/open-contracting-stories/paraguays-transparency-alchemists-623c8e3c538f>; OCDE, *Serviço Coreano de Compras Públicas, Inovando para a Eficácia Governança Pública* da OCDE Revisões (OECD Publishing, 2016), www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/governance/the-korean-public-procurement-service_9789264249431-en#page4.
- 8 OCDE, *Serviço Coreano de Compras Públicas, Inovando para a Eficácia Governança Pública*.
- 9 Open Contracting, “Pacientes, especialistas e abertura: uma poderosa terapia combinada para medicamentos inacessíveis na Moldávia” (Open Contracting Partnership, 23 de novembro de 2021), <https://www.open-contracting.org/2021/11/23/patients-experts-and-openness-a-powerful-combination-therapy-for-unaffordable-medicines-in-moldova/>.
- 10 Colombia Compra Eficiente, “Resultados del sistema de indicadores” [Results of the Indicator System] (2015), <https://colombiacompra.gov.co/indicadores/resultados-del-sistema-de-indicadores>.
- 11 Dakshina G. de Silva et al., “O impacto da informação pública nas licitações na aquisição de rodovias leilões” *Eur. Eco. Rev.* 52, n°. 1 (janeiro de 2008), <https://ideas.repec.org/a/eee/eecrev/v52y2008i1p150-181.html>.
- 12 Hiroshi Ohashi, “Efeitos da Transparência nas Práticas de Compras nas Despesas do Governo: Um Caso Estudo de Obras Públicas Municipais” *Rev. do Indus. Org.* 34 (17 de junho de 2009): 267–285, <https://link.springer.com/artigo/10.1007/s11151-009-9208-1>.
- 13 Sylvain Chassang e Juan Ortner, Conluio em Leilões com Ofertas Constrangidas: Teoria e Evidências de Compras Públicas Princeton Univ. William S. Dietrich II *Eco. Teoria Ctr. Res.* N° do papel 072_2015 (SSRN, 20 de outubro de 2015), https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2683505.

- 14 Os detalhes podem incluir: idiomas elegíveis; método de seleção; informações de critérios; duração estimada do contrato; códigos CPV; nome do vencedor; códigos NUTS; informações de subcontratação; valor do contrato; e uso de EU funds.
- 15 Dado que os contratos com um único licitante são, em média, 7,1% mais caros do que os contratos com vários licitantes, as economias de preço anuais associadas em toda a Europa são substanciais. É mais provável que os contratos de licitante único tenham sido manipulados para favorecer uma determinada empresa e suas solicitações de preços. Ver Sophie Brown e Nicholas Penagos, “Um pouco de dados vai longe: como a análise de licitantes poderia impulsionar a concorrência nos contratos de infraestrutura da Colômbia” (Parceria de Contratação Aberta, 3 de maio de 2019), <https://www.open-contracting.org/2019/05/03/a-little-data-goes-a-long-way-how-bidder-analysis-could-boost-competition-in-colombias-infrastructure-contracts/>.
- 16 Monika Bauhr et al., *Lights on the Shadows of Public Procurement: Transparency in Government Contracting como um antídoto para a corrupção?* (Digiwhist, agosto de 2017), http://digiwhist.eu/wp-content/uploads/2017/09/D3.2-Light-on-the-Shadows-of-Public-Procurement_corr.pdf.
- 17 Stephen Knack, Nataliya Biletska e Kanishka Kacker, *Deterring Kickbacks and Encouraging Entry in Public Procurement Markets: Evidence from Firm Surveys in 88 Developing Countries* Policy Research Working Paper 8078 (World Bank Group, May 2017), <https://documents1.worldbank.org/curated/en/817871496169519447/pdf/WPS8078.pdf>.
- 18 Charles Kenny e Ben Chrisman, *Resultados Através da Transparência: A Publicidade Leva a Melhor Compras?* Documento de Trabalho 437 (Centro de Desenvolvimento Global, setembro de 2016), <https://www.cgdev.org/sites/default/files/results-through-transparency-does-publicity-lead-better-procurement-working-paper-437.pdf>.
- 19 Coviello, D. e Mariniello, M. "Requisitos de publicidade na contratação pública: Evidência de um projeto de descontinuidade de regressão." *Journal of Public Economics*, 109 (2014) 76-100. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272713002107>.
- 20 Isabelle Adam, Alfredo Hernandez Sanchez e Mihály Fazekas, *Global Public Procurement Open Competition Index GTI-WP/2021:02* (Instituto de Transparência do Governo, 7 de abril de 2021), http://www.govtransparency.eu/wp-content/uploads/2021/09/Adam-et-al_Evidence-paper_procurement_Competition_210902_formatted_2.pdf.
- 21 Paul Lagunes, *Guardiões da responsabilidade: um experimento de campo sobre corrupção e ineficiência em obras públicas* C-89335-PER-1 (Centro Internacional de Crescimento, novembro de 2017), <https://www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/11/Lagunes-2017-Working-paper.pdf>.
- 22 Gabriel Šípoš, Samuel Spáň e Martin Kollárik, Não em vigor até ser publicado online. O que o radical regime de transparência dos contratos públicos alcançado na Eslováquia (Transparency International Slovakia, 2015), <https://www.transparency.sk/wp-content/uploads/2015/05/Open-Contracts.pdf>.
- 23 Rushda Majeed, *Promovendo a Responsabilidade, Monitorando Serviços: Aquisição e Entrega de Livros Didáticos, O Filipinas, 2002-2005* (Princeton Univ., 2013), <https://successfulsocieties.princeton.edu/publications/promoção-responsabilidade-monitoramento-serviços-livro-texto-compra-e-entrega>.
- 24 Transparência Internacional Geórgia, *Aquisições Simplificadas – Riscos de Corrupção em Não Competitivos Contratos governamentais* (dezembro de 2013), https://transparency.ge/sites/default/files/post_attachments/Simplificado%20procurement%20-%20Eng%20.pdf.
- 25 Theo Van der Merwe, “Registos de propriedade benéfica: Progresso até à data” U4 Helpdesk Resposta 6 (Chr. Michelsen Institute and Transparency Institute, 2020), <https://www.u4.no/publications/beneficial-ownership-registers-progress-to-date>.

- 26** Bruno Baránek, Leo Musolff e Vítýzslav Titl, *Transparência de dados, supervisão pública e colusão em e-procurement* (EconPol Europe, 25 de outubro de 2020), https://www.econpol.eu/sites/default/files/2020-10/Working_Paper_Titl_Vitezslav_Collusion_in_auctions.pdf.
- 27** OGP, Iniciativas Anticorrupção, Beneficiário Beneficiário, Relatório Global de Parceria de Governo Aberto (2019), https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2019/05/Global-Report_Beneficial_Ownership.pdf.
- 28** Sabrina Martin et al., Igualdade de Gênero e Inclusão Social na Compra de TIC: Relatório de Descoberta (Oxford Insights, agosto de 2020), <https://static1.squarespace.com/static/58b2e92c1e5b6c828058484e/t/5f887193b824754224847cfd/1602777495732/GESI+report+-+Discovery+Report.pdf>.
- 29** Niul Burton, Theresa Harrison e Curtis L. Simpson “Como uma maior diversidade de fornecedores pode desobstruir sua pipeline de crescimento?” (Ernst & Young, 2015), https://businessdocbox.com/Business_Software/91218286-How-can-greater-supplier-diversity-unclog-your-growth-pipeline.html.
- 30** Parceria de Governo Aberto, “Usando dados sobre empresas de propriedade de mulheres na Albânia” (29 de maio de 2019), <https://www.opengovpartnership.org/stories/lessons-from-reformers-using-data-on-women-owned-businesses-in-albania/>.
- 31** Direção Geral de Contratação Pública, (homepage) (acessado em abril de 2022), <https://www.dgcp.gob.do/>.
- 32** Romina Colman, “As mulheres ganham um em cada quatro contratos na República Dominicana graças à reformas de aquisições” (Open Contracting Partnership, 23 de setembro de 2020), www.open-contracting.org/2020/09/23/women-win-one-in-four-contracts-in-the-dominican-republic-thanks-to-inclusive-procurement-reforms/.
- 33** OCDE, Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2020 (20 mar. 2020), https://www.oecd-ilibrary.org/governance/government-at-a-glance-latin-america-and-the-caribbean-2020_13130fbb.
- 34** Vários países (por exemplo, México, Gana, Macedônia do Norte e Afeganistão) assumiram compromissos especificamente para promover a transparência dos beneficiários efetivos nos processos de contratação pública. [Ver Justine Davila, Michael Barron e Tim Law, *Towards a Global Norm of Beneficial Ownership Transparency Um estudo de escopo sobre uma abordagem estratégica para alcançar uma norma global* (Adam Smith International e UKAID, março de 2019), <https://adamsmithinternational.com/app/uploads/2019/07/Towards-a-Global-Norm-of-Beneficial-Ownership-Transparency-Phase-2-Paper-March-2019.pdf> e “Transparência de Propriedade Beneficente da Macedônia do Norte em Compras Públicas (MK0144)” (Parceria de Governo Aberto, 2021), <https://www.opengovpartnership.org/members/north-macedonia/commitments/MK0144/>.] Enquanto isso, a Open Ownership está trabalhando para apoiar os países (incluindo Indonésia, Nigéria e África do Sul) a vincular seus dados de propriedade efetiva e compras: Open Ownership, “Publications” (acessado em abril de 2022), <https://www.openownership.org/resources/?type=case-studies>.
- 35** Van der Merwe, “Registros de propriedade benéfica: Progresso até à data.”
- 36** Mihály Fazekas e Jürgen René Blumzekas, Melhoria dos Resultados de Compras Públicas Revisão de Ferramentas e o State of the Evidence Base Policy Research Paper 9690 (Grupo do Banco Mundial, junho de 2021), <https://documents1.worldbank.org/curated/en/656521623167062285/pdf/Improving-Public-Procurement-Outcomes-Review-of-Tools-and-the-State-of-the-Evidence-Base.pdf>; Jan Telgen, Jonna van der Krift e Astrid Wake, Reforma de contratos públicos: Avaliando intervenções destinadas a melhorar a transparência (Dept. for International Dev't and UKAID, 2016), <https://gsdrc.org/wp-content/uploads/2017/05/Public-Procurement-Reform.pdf>.

Notas Finais

Auditorias Sociais

- 1 Pande, Suchi. *Auditorias sociais na prestação de serviços: Uma bibliografia comentada*. Open Government Partnership and Accountability Research Center, maio de 2022. <https://www.opengovpartnership.org/documents/social-audits-in-service-delivery-annotated-bibliography/>.
- 2 Martina Björkman e Jakob Svensson, “Power to the People: Evidence from a Randomized Field Experiência em Monitoramento Baseado na Comunidade em Uganda” *The Quarterly J. of Econ.* 124, no. 2 (2009): 735–69, <https://doi.org/10.1162/qjec.2009.124.2.735>.
- 3 Gagan Gurung et al., “The Role of Social Audit as a Social Accountability Mechanism for Strengthening Governança e Prestação de Serviços no Ambiente de Atenção Primária à Saúde do Nepal: Um Estudo Qualitativo” *Saúde Pública Crítica* 30, não. 5 (2020): 612–23, <https://doi.org/10.1080/09581596.2019.1667487>.
- 4 Jessica Gordon, et al., APPI/SPREAD Ação Coletiva para o Programa de Auditoria Social de Nutrição Odisha, Índia: Relatório Final de Avaliação (International Food Policy Research Institute, 2019), <https://www.ifpri.org/publicação/appispread-collective-action-nutrition-social-audit-programme-odisha-india-final>.
- 5 Pande, S. “Social audits in service delivery” citando Gordon et al., APPI/SPREAD Collective Action. (2020): 155, <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01265-6>.
- 6 Shehrin Shaila Mahmood et al., “Feasibility, Acceptability and Initial Outcome of Implementing Community Scorecard to Monitor Community Level Public Health Facilities: Experience from Rural Bangladesh” *Int'l J. for Equity in Health* 19, no. 1 (2020): 155, <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01265-6>.
- 7 Andrew Wilson, “Tornando os serviços de saúde locais responsáveis: auditoria social no setor de saúde do Nepal” (Bonn: Sociedade Alemã para Cooperação Internacional GmbH, 2015).
- 8 Darin Christensen et al., “Construindo Sistemas de Saúde Resiliente: Evidência Experimental de Serra Leoa e o Surto de Ebola de 2014” *The Quarterly J. of Econ.* 136, nº. 2 (2021): 1145–98, <https://doi.org/10.1093/qje/qjaa039>.
- 9 World Vision, *Scaling Social Accountability: Evidence from Asia, Africa and the Caucasus* (Citizen Voice and Action e World Vision International, 2019), <https://www.wvi.org/social-accountability/publication/escala-responsabilidade-social-evidência-ásia-áfrica-e-cáucaso>.
- 10 Kiran Bhatti, *Governo Aberto na Educação: Aprendendo com Auditorias Sociais na Índia Estudo de Caso para o Projeto de Pesquisa IIEP-UNESCO 'Governo Aberto na Educação: Aprendendo com a Experiência'* (Centro de Pesquisa de Políticas, 2021), <https://etico.iiep.unesco.org/en/open-government-education-learning-social-auditorias-índia>.
- 11 Coalizão de Justiça Social, *Relatório da Auditoria Social do Banheiro Khayelitsha 'Mshengu'*. (International Budget Partnership, 10 de maio de 2013), <https://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Social-Justice-Coalition-Report-of-the-Khayelitsha-Mshengu-Toilet-Social-Audit.pdf>.
- 12 Britta Ricker, Jonathan Cinnamon e Yonn Dierwechter, “When Open Data and Data Activism Meet: An Analysis of Civic Participation in Cape Town, South Africa” *The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien* 64, no. 3 (2020): 359–73, <https://doi.org/10.1111/cag.12608>.
- 13 Gagan Gurung et al., “The Role of Social Audit as a Social Accountability Mechanism for Strengthening Governança e Prestação de Serviços no Ambiente de Atenção Primária à Saúde do Nepal: Um Estudo Qualitativo” *Publicação Crítica Saúde* 30, não. 5 (23 de setembro de 2019): 612–23, <https://doi.org/10.1080/09581596.2019.1667487>.

- 14 Yamini Aiyar e Soumya Kapoor Mehta, “Espectadores ou Participantes? Efeitos das Auditorias Sociais em Andhra Pradesh” *Eco. e Político Weekly* 50, no. 7 (14 de fevereiro de 2015): 66–71, <https://www.jstor.org/estável/24481397>.
- 15 Yamini Aiyar, Soumya Kapoor Mehta e Salimah Samji, “Fortalecendo a Responsabilidade Pública: Lições da Implementação de Auditorias Sociais em Andhra Pradesh”, Série 38 do Documento de Trabalho de Responsabilidade sobre Engajamento (Accountability Initiative, 2012), <https://accountabilityindia.in/publication/strengthening-public-accountability-andhra-pradesh/>.
- 16 Sara Gullo, Christine Galavotti e Lara Altman, “Uma Revisão da Experiência e Evidência do Cartão de Pontuação Comunitária da CARE” *Política e Planejamento de Saúde* 31, no. 10 (2016): 1467–78, <https://doi.org/10.1093/heapol/czw064>.
- 17 James Long e Pranab Panday, *Resultados da Avaliação do Programa “Voz e Ação Cidadã” Nobo Jatra* (Visão Mundial, 2020), https://wvusstatic.com/2020/landing-pages/hunger-food-security/Evaluation_Results_of_CVA_Nobo_Jatra_WV_Bangladesh.pdf.
- 18 Sandeep Tambe, et al., “Measuring the Effectiveness of Social Audits: Experiences from Sikkim, India.” *Desenvolvimento na Prática* 26 no. 2, (10 de fevereiro de 2016): 184–92, <https://doi.org/10.1080/09614524.2016.1136268>.

Notas Finais

Mecanismos de Reparação de Queixas

- 1 Suchi Pande e Naomi Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas no setor público: uma literatura revisão* (Open Government Partnership and Accountability Research Center, maio de 2022), <https://www.opengovpartnership.org/documents/grievance-redress-mechanisms-in-the-public-sector-a-literaturereview/>.
- 2 Helene Grandvoinnet, Ghazia Aslam e Shomikho Raha, *Abrindo a Caixa Preta: O Contexto Drivers of Social Accountability* (Publicações do Banco Mundial, 29 de abril de 2015), <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/978-1-4648-0481-6>.
- 3 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas*.
- 4 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas*.
- 5 Suchi Pande, “Morrendo pela Informação: Direito à Informação e Proteção de Denunciante na Índia” U4 Brief 3 (mar. 2015), <https://www.u4.no/publications/dying-for-information-right-to-information-and-whistleblower-protection-in-india.pdf>.
- 6 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas*.
- 7 A partir de 2018, o Banco Mundial exige que todos os financiamentos de projetos de investimento “proponham e implementem GRMs sob a Norma Ambiental e Social 10: Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações” (Consulte: Banco Mundial, Insights sobre Mecanismos de Reclamações: Resultados de uma Pesquisa de Pontos Focais de Reclamações em Unidades de Implementação de Projetos (Banco Mundial, 2021).
- 8 Helene Pfeil e Sanjay Agarwal, ganhando tração ou rodas giratórias? Fatores que influenciam o Eficácia dos Mecanismos de Reparação de Queixas em Projetos Financiados pelo Banco Mundial (Banco Mundial, 2021).
- 9 Pfeil e Agarwal, "Ganhando tração ou girando rodas?"
- 10 Joy Acheron, Anna Bueno e Victoria Maglanque, *Os empréstimos ajudaram o engajamento do cidadão e Mecanismos de responsabilidade no programa de provisão familiar filipina (4Ps) para continuar em meio à pandemia de COVID-19?* (Observação do Governo, 2021), <https://www.g-watch.org/resources/vertical-integration-research/have-loans-helped-citizen-engagement-and-accountability>.
- 11 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas* citando Haris Gazdar e Samar Zuberi, *Relatório Final da Pesquisa de Feedback dos Beneficiários, Programa Nacional de Transferência de Renda – Paquistão* (Coletivo para Pesquisa em Ciências Sociais, 2014), http://www.researchcollective.org/Documents/Updated_Anonymised_BFS_Final_Report_03022014.pdf.
- 12 Wahyu Mahendra, Metia Pratiwi e Ririn Prawesti, *Citizens' Aspirations and Complaints System (LAPOR) in Indonesia: Making Citizens Happy* (ResearchGate, Jun. 2014), https://www.researchgate.net/publication/320074100_Citizens'_Aspirations_and_Complaints_Online_System_LAPOR_in_Indonesia_Making_Citizens_Happy.

- 13 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas* citando Aaditeshwar Seth, Aarushi Gupta e Mira Johri, *Delivery of Social Protection Entitlements in India: Unpacking Exclusion, Reclamance Redress, and the Relevance of Citizen- Assistance Mechanisms* (Gram Vaani & Dvara Research, 2021), <https://socialprotection.org/discover/publications/delivery-social-protection-entitlements-indiaunpacking-exclusion-grievance> e Francesca Feruglio e Abrahams Misoi, *Confiança, Responsividade e Sustentabilidade em Sistemas de Reclamações: A Experiência da Transparência Internacional com Uwajibikaji Pamoja* (Fazendo Todas as Vozes Contarem e Instituto de Estudos de Desenvolvimento, 3 de novembro de 2017), <https://www.makingallvoicescount.org/publication/trust-responsiveness-sustainability-complaints-systemstransparency-internationals-experience-uwajibikaji-pamoja/>.
- 14 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas* citando Pfeil e Agarwal, “Ganhando tração o rodas giratórias?”
- 15 Martin Belcher e Claudia Abreu Lopes, “MajiVoice Kenya—Melhor Gestão de Reclamações no Público Utilities” em *Civic Tech in the Global South: Assessment Technology for the Public Good*, ed. Tiago Peixoto e Micah L. Sifry (World Bank and Personal Democracy Press, 2017), 179, https://www.researchgate.net/publicação/312585033_Maji_Voice_Kenya_Better_complaint_management_at_public_utilities.
- 16 Jonathan Caseley, “Múltiplas relações de responsabilidade e melhor desempenho na prestação de serviços na cidade de Hyderabad, sul da Índia”. *Int'l Rev. do Adm. Sci.* 72, nº. 4 (1 de dezembro de 2006): 535, <https://doi.org/10.1177/0020852306070082>.
- 17 Caseley, “Múltiplas Relações de Responsabilidade.”
- 18 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas*.
- 19 Ibid.
- 20 Ibid.
- 21 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas* citando Valentina Barca, *Mecanismos de queixas para Programas de Proteção Social: Obstáculos e Melhores Práticas* (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2016) <https://ideas.repec.org/p/ipc/opager/320.html>.
- 22 Tamsin Ayliffe, Ghazia Aslam e Rasmus Schjødt, *Social Accountability in the Delivery of Social Documento de trabalho de proteção* (Development Pathways Limited, setembro de 2017), <https://socialprotection-humanrights.org/wp-content/uploads/2017/12/Social-Accountability-Literature-Review.pdf>.
- 23 Haris Gazdar e Samar Zuberi, *Relatório Final da Pesquisa de Feedback do Beneficiário, Transferência Nacional de Renda Programme—Paquistão* (2014), Vincenzo Vinci e Keetie Roelen, *Fatores Institucionais e Preferências das Pessoas na Implementação da Proteção Social: O Caso da Etiópia* (2018) e Valentina Barca, *Mecanismos de Reclamações para Programas de Proteção Social: Obstáculos e Melhores Práticas* (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2016) <https://ideas.repec.org/p/ipc/opager/320.html>.
- 24 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas* citando Seth, Gupta e Johri, *Entrega de Direitos de proteção na Índia*.
- 25 Pande e Hossain, *Mecanismos de reparação de queixas*.
- 26 Ibid.

Notas Finais

Alem das Políticas

- 1 Valeriya Mechkova, Michael Bernhard e Anna Lührmann, *Diagonal Accountability and Development Outcomes* (V-Dem Institute e Open Government Partnership, 1 de fevereiro de 2019), <https://www.opengovpartnership.org/documents/diagonal-accountability-and-developmentoutcomes/#:~:text=This%20paper%20focuses%20on%20diagonal,are%20dependent%20on%20government%20action.>
- 2 Evidências dos efeitos da democracia na saúde pública vêm crescendo desde a decisão de Amartya Sen de 1982 trabalho seminal sobre a associação entre democracia e prevenção da fome. O argumento subjacente é que “eleições livres e justas criam incentivos para que os líderes políticos prestem muita atenção ao bem-estar dos eleitores.” (Richard Horton, “Offline: A democracia é boa para a sua saúde?” *The Lancet* 398, no. 10316 (dezembro de 2021): 2060 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02747-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02747-1).) Pesquisas recentes reforçam esse argumento e constataam que governos democráticos têm **melhor expectativa de vida** (Álvaro Franco, Carlos Alvarez-Dardet e Maria Teresa Ruiz, “Effect of democratic on health: ecológico study” *BMJ* 329 (2004), 1421–1423, <https://doi.org/10.1136/bmj.329.7480.1421>; Thomas J. Bollyky, et al., “As relações entre experiência democrática, saúde adulta e mortalidade por causa específica em 170 países entre 1980 e 2016: uma análise observacional” *The Lancet* 393, no. 10181 (13 de março de 2019): 1628– 1640, [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)30235-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)30235-1/fulltext)), **menor mortalidade infantil** (Franco, Alvarez-Dardet e Ruiz, “Efeito da democracia na saúde”; Yi-ting Wang, Valeriya Mechkova e Frida Andersson, “A democracia melhora a saúde? Novas evidências empíricas 1900–2012”, *Political Research Quarterly* 72, no. 3 (setembro de 2018): 554-569, <https://doi.org/10.1177%2F1065912918798506>; Masayuki Kudamatsu, “A democratização reduziu a mortalidade infantil na África Subsaariana? Evidence from Micro Data,” *Journal of the European Economic Association* 10, no. 6, (dezembro de 2012): 1294-1317, <https://doi.org/10.1111/j.1542-4774.2012.01092.x>), e **menor mortalidade materna** (Franco, Alvarez-Dardet e Ruiz, “Efeito da democracia na saúde”).
- 3 Bollyky, et al., “As relações entre experiência democrática, saúde do adulto e mortalidade.”
- 4 Franco, Alvarez-Dardet e Ruiz, “Efeito da democracia na saúde.”
- 5 Robin Niblett e Leslie Vinjamuri, “Por que as democracias se saem melhor ao sobreviver a pandemias” (Chatham House, 26 de maio de 2020), <https://www.chathamhouse.org/2020/05/why-democracies-do-better-survivingpandemics>.
- 6 Esteban Ortiz-Ospina, A democracia leva a uma saúde melhor? (Nosso mundo em dados, 24 de junho de 2019), <https://ourworldindata.org/democracy-health>.
- 7 Alina Mungiu-Pippidi e Álvaro Lopez. “Contando os mortos de forma transparente” Hertie School of Governance, 2022, <https://www.againstcorruption.eu/articles/counting-the-dead-transparently>.
- 8 Ver Elias Papaioannou e Gregorios Siourounis, “Democratisation and Growth,” *O Jornal Económico* 118, n. 532 (outubro de 2008): 1520-1551, <https://www.jstor.org/estável/20108873>; Jakob Madsen, Paul Raschky e Ahmed Skali, “A democracia impulsiona a renda no mundo, 1500-2000?” *Revisão Económica Europeia* 78 (2015): 175–195. <https://econpapers.repec.org/scripts/redirect.pf?u=https%3A%2F%2Fdoi.org%2F10.1016%252Fj.euroecorev.2015.05.005;h=repec:eee:eecrev:v:78:y:2015:i:c:p:175-195>; e Daron Acemoglu et al. “A democracia causa crescimento,” *Journal of Political Economy* 127 (fevereiro de 2019): 47–100, <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/700936?mobileUi=0&>.

- 9 Vanessa A. Boese e Markus Eberhardt, *Quais instituições governam? Desagregando o Documento de Trabalho 131 do Nexus Democracy-Growth* (V-Dem Institute, fevereiro de 2022), https://www.v-dem.net/media/publications/Working_Paper_131.pdf.
- 10 Raul Pacheco-Vega e Amanda Murdie “Quando funcionam as ONGs ambientais? Um teste do condicional Efetividade da Advocacia Ambiental” *Env. Pol.* 30, não. 1–2 (28 de junho de 2020): 180–201, <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644016.2020.1785261?journalCode=fenp20>.
- 11 James R. Hollyer, B. Peter Rosendorff e James Raymond Vreeland, “Democracia e Transparência”. *O J. de Pol.* 73, n.º. 4 (outubro de 2011): 1191–1205, <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1017/S0022381611000880>.
- 12 Christopher SP Magee e John A. Doces, “Reconsidering Regime Type and Growth: Lies, Ditaduras e Estatísticas.” *Int'l Studies Quarterly* 59, no. 2 (jun. 2015): 223–237, <https://academic.oup.com/isq/article/59/2/223/1788378>.
- 13 Joachim Wehner e Paolo de Renzio, “Cidadãos, Legisladores e Divulgação Determinantes da transparência fiscal” *World Dev't* 41 (janeiro de 2013): 96–108, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X12001647?via%3Dihub>.

Notas Finais

O que a OGP Pode Fazer pour Você?

- 1 A OGP não avaliou a causalidade neste relatório. Determinamos associações estatísticas por meio de análise de regressão linear múltipla. Para mais detalhes, consulte Open Government Partnership, “OGP Vital Signs—10 Years of Data in Review” (2021), <https://www.opengovpartnership.org/ogp-vital-signs-10-years-of-data-in-review/>.
- 2 Open Government Partnership, “OGP at 10: Toward Democratic Renewal” (acessado em abril de 2022), <https://www.opengovpartnership.org/ogp-at-ten-toward-democratic-renewal/>.
- 3 Open Government Partnership, “OGP Vital Signs—10 Years of Data in Review.”
- 4 Ibid.
- 5 Open Government Partnership, “OGP at 10: Toward Democratic Renewal.”
- 6 Open Government Partnership, “OGP Vital Signs—10 Years of Data in Review.”

Créditos

A Open Government Partnership Support Unit desenvolveu esta publicação em 2022. Paulina Ornelas foi a autora principal com apoio de Sandy Arce, Joseph Foti, Chathan Raj e Christina Socci.

A Unidade de Suporte da OGP encomendou vários documentos de referência que formam a espinha dorsal deste guia. A Unidade de Apoio agradece a todos os autores dos documentos de referência. Todos os erros de fato e interpretação no Guia do Cético continuam sendo apenas da Unidade de Suporte da OGP. Por favor, encontre cada um dos documentos de entrada vinculados abaixo.

Acesso à Justiça

Weston, Marcos. *Os Benefícios do Acesso à Justiça para Economias, Sociedades e o Contrato Social: Uma Literatura Análise*. Parceria de Governo Aberto e Desbravadores para Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas, 2022.

<https://www.opengovpartnership.org/documents/the-benefits-of-access-to-justice-for-economies-societies-and-the-social-contract-a-literature-review/>.

Abertura Fiscal

Haus, Martin, Joachim Wehner, and Paolo de Renzio. *(Quando) Os Orçamentos Abertos Transformam Vidas? Progresso e próximos passos na pesquisa de abertura fiscal*. Parceria Orçamentária Internacional, Iniciativa Global para Transparência Fiscal e Parceria de Governo Aberto, 2022. <https://www.opengovpartnership.org/documents/when-do-open-budgets-transform-lives-progress-and-next-steps-in-fiscal-openness-research/>.

Contratação Aberta

McDevitt, André. *Estado de Evidência: Contratação Aberta*. Parceria de Governo Aberto e Parceria de Contratação Aberta, 2022.

<https://www.opengovpartnership.org/documents/state-of-the-evidence-open-contracting/>.

Auditorias Sociais

Pande, Suchi. *Auditorias sociais na prestação de serviços: Uma bibliografia comentada*. Open Government Partnership and Accountability Research Center, 2022.

<https://www.opengovpartnership.org/documents/social-audits-in-service-delivery-annotated-bibliography/>.

Mecanismos de Reparação Queixas

Pande, Suchi e Naomi Hossain. *Mecanismos de reparação de reclamações no setor público: uma revisão da literatura*. Centro de Pesquisa de Responsabilidade e Parceria de Governo Aberto, 2022. <https://www.opengovpartnership.org/documents/grievance-redress-mechanisms-in-the-public-sector-a-literature-review/>.

DESENHO

Stacey Simmons

EDIÇÃO DE CÓPIA

Amalia Pleake-Tamm

REVISORES

Sandy Arce, Shreya Basu, Tonu Basu, Maaïke de Langen, Paolo de Renzio, Joseph Foti, Jonathan Fox, Juan Pablo Guerrero, Munyema Hasan, Martin Haus, Naomi Hossain, Maha Jweied, Adna Karamehic-Oates, Paul Maassen, Lindsey Marchessault, Jose Maria Marin, Andy McDevitt, Allison Merchant, Georg Neumann, Marissa O'Neill, Ivy Ong, Suchi Pande, Rosario Pavese, Paula Pérez, Vivek Ramkumar, Camila Salazar, Helen Turek, Joachim Wehner, Mark Weston, and Katherine Wikrent.

LICENÇA

Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para visualizar uma cópia deste licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>.

TRADUÇÃO PORTUGUESA

Os membros locais do OGP criaram a versão portuguesa da edição de 2022 do Guia do Cético. Membros em São Paulo traduziram o guia, enquanto membros em Osasco e Santa Catarina revisaram e aprovaram a tradução.

FOTOGRAFIA E GRÁFICOS

Página 2: Foto do Bon Moya: Maria Teresa Magno-Garcia

Página 17: Foto do Presidente Abinader: Wikimedia Commons

Página 24: Foto da Secretária Madeleine Albright: Wikimedia Commons, Domínio Público

Página 34: Foto de Victoria Alsina-Burgués: Generalitat de Catalunya

Página 43: Foto de Steve Potter: Parceria de Governo Aberto

Página 50: Foto de Isaac Aidoo: Isaac Aidoo

Página 54: Foto de Lysa John: CIVICUS

Ícones e elementos de design recriados para a versão portuguesa em Canva por Christina Socci.

Este relatório foi desenvolvido usando recursos do Flaticon.com.

ENVOLVA-SE CONOSCO

Se você tiver alguma dúvida sobre este produto ou se sua organização está se mantendo no topo do estado de evidências sobre políticas governamentais abertas e você gostaria de colaborar com a Unidade de Apoio, por favor entre em contato com: research@opengovpartnership.org.

- Junte-se a nós para um [evento](#)
- Mantenha-se atualizado sobre as notícias da OGP através do boletim mensal da OGP (disponível em [inglês](#) e [espanhol](#))
- Seja nosso parceiro e junte-se às [coalizões](#) da OGP

Siga-nos nas redes sociais:



[@opengovpart](#)



[OpenGovPartnership](#)



[Open Government Partnership](#)



[@opengovpartnership](#)



[opengovpart](#)

Visite nosso site:

[opengovpartnership.org](#)



Parceria de Governo Aberto
1100 13th Street, NW, Suíte 800
Washington, DC 20005